

Coordenação-Geral de Contabilidade

Ministério da Justiça e Segurança Pública

MJSP 30000

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

4º TRIMESTRE DE 2022

31 de janeiro de 2023

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP	7
GESTÃO CONTÁBIL	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	10
Balanço Patrimonial.....	10
Demonstrações das Variações Patrimoniais	12
Balanço Orçamentário.....	14
Balanço Financeiro	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	19
NOTAS EXPLICATIVAS	20
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	20
Nota 02 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	22
Nota 03 – Imobilizado – BP	24
Nota 04 – Intangível – BP	29
Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP.....	30
Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	31
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	33
Nota 08 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	37
Nota 09 – Pessoal e Encargos – DVP.....	38
Nota 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – DVP	40
Nota 11 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	41
Nota 12 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	42
Nota 13 – Resultado Orçamentário – BO.....	43
Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	44
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	45
Nota 16 – Restos a Pagar – Anexos – BO.....	46
Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF	48
Nota 18 – Segurança Pública – DFC	49
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	50
Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	51
Nota 21 – Covid-19	52

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, cuja publicação revogou o [Decreto nº 11.103/2022 que, por sua vez, organizou sua estrutura até o fim do exercício de 2022, servindo de base para este relatório](#). Era composto pela relação de órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, órgãos específicos e singulares, entidades vinculadas e órgãos colegiados, cuja estrutura organizacional vigente até 31 de dezembro de 2022 era a seguinte:



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – Depen; e
- Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 28 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis – Direc.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NES.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP



Sérgio Rodrigues da Silva
Contador do MJSP

Esta declaração refere-se à conformidade contábil das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, do MJSP, encerradas em 31 de dezembro de 2022, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI.

Informa-se que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, refletindo a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de acordo com a Lei 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto no tocante ao assunto a seguir mencionado:

Bens Móveis

Durante o exercício de 2022, restou evidenciada a necessidade de evolução quanto à evidenciação patrimonial, em especial no tocante aos bens móveis. A gestão patrimonial desses bens ocorre majoritariamente, no MJSP, pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços - Siads exceto nos órgãos PF e PRF). Permanece o desafio entre a compatibilização dos saldos incorporados com a real posição dos bens registrados no SIAFI.

Destaca-se a existência de unidades que realizam aquisições voltadas a doações e distribuições (Segen), e unidades que recebem produtos da alienação de bens apreendidos ou perdidos, na forma da legislação vigente ou por meio de decisões judiciais (Funad, PF, PRF e Deppen).

Analisando essas exceções em conjunto com o mobiliário usualmente utilizado pelas unidades em suas operações, constata-se que 35,63% (R\$ 1.794.907 mil) do total do saldo de bens móveis foram inventariados, restando prejudicado o ateste e conformidade contábil dos demais saldos.

Complementa-se a falta de avaliação patrimonial desses bens.

Bens Imóveis

Em consulta ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – Spiunet, verificou-se que 35,22% do quantitativo de bens imóveis (534), estão com os prazos dos laudos das avaliações fora da validade, o que corresponde ao valor de R\$ 1.311.230 mil pendentes de reavaliação.

Tendo em vista o quantitativo relevante de bens, não é possível mensurar a extensão do impacto dessa defasagem nas demonstrações contábeis, podendo afetar a fidedignidade da representação monetária desses bens no Balanço Patrimonial.

Brasília-DF, 27 de março de 2023.

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

CRC nº 021.289/O-9

Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a STN do ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista ao fim do exercício de 2022, em que estava vigente o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.131, de 12 de julho de 2022.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão SuperiorMJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP** Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN* Arquivo Nacional – AN	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*	

* Unidades organizacionais vinculadas ao MJSP que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

** A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, foi operacionalizada pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – Segen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 52 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 17 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 13 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades;
- do CADE, com 1 unidade; e
- Caixa Econômica Federal – CEF (mediante contratos de repasse), com 4 unidades (vinculadas aos fundos: FDD, Segen e Depen).

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		8.871.175	6.711.987
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	5.790.347	4.572.510
Créditos a Curto Prazo		2.874.249	1.967.920
Demais Créditos e Valores		2.874.249	1.967.920
Estoques		206.579	171.557
ATIVO NÃO CIRCULANTE		269.762.336	268.775.118
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.191.606	2.866.966
Créditos a Longo Prazo	02	3.191.606	2.866.966
Dívida Ativa Não Tributária		3.763.455	3.167.656
Demais Créditos e Valores		1.443.210	1.030.896
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(2.015.060)	(1.331.586)
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado	03	266.227.769	265.568.365
Bens Móveis		3.720.812	3.392.312
Bens Móveis		5.037.597	4.546.027
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.316.786)	(1.153.715)
Bens Imóveis		262.506.957	262.176.053
Bens Imóveis		262.510.983	262.217.139
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(4.026)	(41.086)
Intangível	04	342.939	339.765
Softwares		342.921	339.747
Softwares		378.908	359.401
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(35.987)	(19.654)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	18
TOTAL DO ATIVO		278.633.511	275.487.105

PASSIVO	NE	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		1.373.720	1.180.491
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05	879.787	819.513
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		36.913	63.697
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		5	4
Transferências Fiscais de Curto Prazo		142.700	65.029
Provisões a Curto Prazo		-	805
Demais Obrigações a Curto Prazo		314.313	231.445
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1	413
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		-	239
Provisões a Longo Prazo		-	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1	134
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.373.720	1.180.904

Fonte: Siafi.

Balço Patrimonial – continuação...

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		277.259.791	274.306.201
Demais Reservas		6.372	5.584
Resultados Acumulados		277.253.419	274.300.617
Resultado do Exercício		2.945.288	153.549.612
Resultados de Exercícios Anteriores	06	274.300.617	235.067.971
Ajustes de Exercícios Anteriores		7.513	(114.316.965)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		278.633.511	275.487.105

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		07			
ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Financeiro	5.790.486	4.572.639	Passivo Financeiro	4.310.475	4.662.241
Ativo Permanente	272.843.025	270.914.466	Passivo Permanente	286.717	185.992
			Saldo Patrimonial	274.036.319	270.638.872

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		ATIVO		
	Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	31/12/2022	31/12/2021
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			352.844	317.637
Atos Potenciais Ativos			352.844	317.637
Garantias e Contragarantias Recebidas			306.243	257.973
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres			46.519	59.582
Direitos Contratuais			82	82
TOTAL			352.844	317.637

R\$ milhares

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		PASSIVO		
	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	31/12/2022	31/12/2021
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			5.535.218	5.288.386
Atos Potenciais Passivos		08	5.535.218	5.288.386
Garantias e Contragarantias Concedidas			28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos			2.055.050	2.483.280
Obrigações Contratuais			3.480.140	2.805.078
TOTAL			5.535.218	5.288.386

R\$ milhares

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		(1.582.475)
Recursos Vinculados		3.062.487
Educação		299
Seguridade Social (Exceto Previdência)		193.635
Previdência Social (RPPS)		(3)
Dívida Pública		(2.294)
Alienação de Bens e Direitos		55.622
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.815.227
Outros Recursos Vinculados		(1)
TOTAL		1.480.011

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		837.381	567.489
Taxas		837.381	567.489
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		72.728	164.790
Venda de Mercadorias		31	6
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		72.697	164.784
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		440.521	370.516
Juros e Encargos de Mora		(5.615)	3.092
Variações Monetárias e Cambiais		674	86
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		445.462	367.337
Transferências e Delegações Recebidas		57.259.691	60.437.643
Transferências Intragovernamentais		56.653.152	55.070.169
Outras Transferências e Delegações Recebidas		606.539	5.367.474
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		3.063.107	168.411.193
Reavaliação de Ativos		544.692	158.005.836
Ganhos com Alienação		106.730	77.885
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.345.944	10.143.291
Ganhos com Desincorporação de Passivos		65.741	184.181
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.014.609	2.198.559
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		805	535
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.013.804	2.198.023
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		63.688.037	232.150.189

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal e Encargos	09	8.279.715	7.940.408
Remuneração a Pessoal		6.320.211	6.040.968
Encargos Patronais		1.466.568	1.436.459
Benefícios a Pessoal		408.093	374.053
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		84.843	88.929
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10	4.682.561	4.572.957
Aposentadorias e Reformas		3.387.562	3.340.010
Pensões		1.195.598	1.134.238
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		99.402	98.709
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		3.016.662	2.326.799
Uso de Material de Consumo		436.230	251.226
Serviços		2.319.982	1.831.473
Depreciação, Amortização e Exaustão		260.450	244.100
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		119.478	165.538
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		7	3
Juros e Encargos de Mora		361	455
Variações Monetárias e Cambiais		1	3
Descontos Financeiros Concedidos		118.599	165.087
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		511	-
Transferências e Delegações Concedidas		43.012.565	50.115.229
Transferências Intragovernamentais		40.744.733	43.045.203
Transferências Intergovernamentais		1.776.424	1.509.513
Transferências ao Exterior		16.459	14.884
Execução Orçamentária Delegada a Entes		2	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		474.947	5.545.629
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.521.664	13.379.019
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.111.636	6.512.363
Perdas com Alienação		834	3.138
Perdas Involuntárias		11.425	12.927
Incorporação de Passivos		109.162	66.266
Desincorporação de Ativos		288.607	6.784.325
Tributárias		5.156	4.211
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.018	2.751
Contribuições		2.139	1.460
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		104.948	96.416
Premiações		-	16
Incentivos		3.116	237
Subvenções Econômicas		31.617	3.433
Constituição de Provisões		-	805
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		70.216	91.925
TOTAL DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		60.742.749	78.600.577
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		2.945.288	153.549.612

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

R\$ milhares
31/12/2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.290.483	4.290.483	5.596.538	1.306.055
Receitas Tributárias		312.337	312.337	586.168	273.831
Taxas		312.337	312.337	586.168	273.831
Receitas de Contribuições		398	398	293	(105)
Contribuições Sociais		398	398	293	(105)
Receita Patrimonial		2.350.571	2.350.571	2.734.195	383.624
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		243	243	180	(63)
Valores Mobiliários		246.178	246.178	441.795	195.616
Demais Receitas Patrimoniais	11	2.104.150	2.104.150	2.292.220	188.070
Receitas de Serviços		55.198	55.198	72.440	17.242
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		55.198	55.198	72.440	17.242
Outras Receitas Correntes		1.571.979	1.571.979	2.203.442	631.463
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12	1.433.501	1.433.501	1.990.227	556.727
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		928	928	52.357	51.430
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		125.364	125.364	144.964	19.600
Demais Receitas Correntes		12.187	12.187	15.894	3.707
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	18.478	18.478
Alienação de Bens		-	-	18.478	18.478
Alienação de Bens Móveis		-	-	18.478	18.478
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.290.483	4.290.483	5.615.016	1.324.532
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	13			12.632.367	12.632.367
TOTAL		4.290.483	4.290.483	18.247.383	13.956.899
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	683.111	-	(683.111)
Superávit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	105.699	-	-
Créditos Cancelados		-	577.412	-	-

Fonte: Siafi.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		15.711.841	16.323.658	16.182.337	15.605.082	14.701.685	141.321
Pessoal e Encargos Sociais	14	11.868.440	12.399.936	12.362.925	12.340.498	11.547.648	37.011
Outras Despesas Correntes	15	3.843.401	3.923.721	3.819.412	3.264.584	3.154.036	104.310
DESPESAS DE CAPITAL		2.090.125	2.161.418	2.065.046	946.786	880.086	96.372
Investimentos		2.085.519	2.161.418	2.065.046	946.786	880.086	96.372
Inversões Financeiras		4.606	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência		642.033	642.033	-	-	-	642.033
Amortização da Dívida/ Refinanciamento		-	-	-	-	-	-
TOTAL		18.443.998	19.127.109	18.247.383	16.551.868	15.581.771	879.726

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não ProcessadosR\$ milhares
31/12/2022

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		251.720	692.915	591.944	587.892	111.890	244.853
Pessoal e Encargos Sociais		8.306	13.998	4.419	4.419	7.935	9.950
Outras Despesas Correntes		243.414	678.917	587.525	583.473	103.955	234.903
DESPESAS DE CAPITAL		1.260.976	1.461.778	1.273.707	1.246.782	161.816	1.314.156
Investimentos		1.260.951	1.460.449	1.273.707	1.246.782	161.791	1.312.827
Inversões Financeiras		26	1.329	-	-	26	1.329
TOTAL	16	1.512.696	2.154.693	1.865.651	1.834.674	273.706	1.559.009

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados LiquidadosR\$ milhares
31/12/2022

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		2.275	862.119	861.662	606	2.125
Pessoal e Encargos Sociais		36	756.154	756.127	29	34
Outras Despesas Correntes		2.238	105.964	105.535	577	2.091
DESPESAS DE CAPITAL		42.616	43.470	42.134	9.889	34.062
Investimentos		42.616	43.470	42.134	9.889	34.062
TOTAL	16	44.891	905.588	903.796	10.495	36.188

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Orçamentárias		5.615.016	4.841.749
Vinculadas		6.035.783	5.073.985
Seguridade Social (Exceto Previdência)		61.978	35.830
Alienação de Bens e Direitos		36.843	10.518
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		5.936.785	5.027.638
Recursos a Classificar		177	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(420.767)	(232.236)
Transferências Financeiras Recebidas	17	56.653.152	55.064.488
Resultantes da Execução Orçamentária		51.849.607	51.322.906
Cota Recebida		17.884.377	16.875.392
Repasso Recebido		17.416.824	16.453.746
Sub-repasso Recebido		16.172.837	14.984.900
Repasso Devolvido		375.478	3.007.531
Sub-repasso Devolvido		91	1.336
Independentes da Execução Orçamentária		4.803.545	3.741.583
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.874.357	3.065.832
Demais Transferências Recebidas		206.372	132.340
Movimentação de Saldos Patrimoniais		722.817	542.340
Movimentações para Incorporações de Saldos		-	1.071
Recebimentos Extraorçamentários		2.724.291	3.087.147
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		970.097	864.995
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.695.515	2.154.693
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		58.653	66.356
Outros Recebimentos Extraorçamentários		26	1.103
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		5	0
Restituições a Pagar		0	1.068
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		21	34
Saldo do Exercício Anterior		4.572.510	6.404.276
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.572.510	6.404.276
TOTAL		69.564.968	69.397.661

Fonte: Siafi.

Balço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NE	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Orçamentárias		18.247.383	17.443.213
Ordinárias		10.042.332	11.027.977
Vinculadas		8.205.051	6.415.235
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.520.295	1.740.819
Previdência Social (RPPS)		28.023	1.647.990
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.656.732	3.026.219
Outros Recursos Vinculados		-	207
Transferências Financeiras Concedidas	17	40.735.198	43.022.221
Resultantes da Execução Orçamentária		34.291.905	37.569.858
Repasso Concedido		17.398.738	16.487.685
Sub-repasso Concedido		16.172.837	14.984.900
Cota Devolvida		344.761	3.088.419
Repasso Devolvido		375.478	3.007.518
Sub-repasso Devolvido		91	1.336
Independentes da Execução Orçamentária		6.443.293	5.452.363
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.505.146	2.196.594
Demais Transferências Concedidas		139.876	194.646
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.798.270	3.060.052
Movimento para Incorporação de Saldos		-	1.071
Pagamentos Extraorçamentários		4.792.041	4.359.717
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		903.796	799.060
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.834.674	1.917.876
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		54.664	59.962
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.998.908	1.582.818
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			21
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		976	
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.989.782	1.564.365
Valores Compensados		9	8
Demais Pagamentos		8.140	18.424
Saldo para o Exercício Seguinte		5.790.347	4.572.510
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.790.347	4.572.510
TOTAL		69.564.968	69.397.661

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.073.744	(788.766)
INGRESSOS		62.308.363	59.967.586
Receita Tributária		586.168	397.242
Receita de Contribuições		293	318
Receita Patrimonial		2.292.400	1.832.930
Receita de Serviços		72.440	164.521
Remuneração das Disponibilidades		441.795	367.461
Outras Receitas Derivadas e Originárias		2.203.442	2.073.167
Outros Ingressos Operacionais		56.711.825	55.131.947
Ingressos Extraorçamentários		58.653	66.356
Restituições a Pagar		0	1.068
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		21	34
Transferências Financeiras Recebidas	17	56.653.152	55.064.488
DESEMBOLSOS		(60.234.619)	(60.756.352)
Pessoal e Demais Despesas		(14.299.596)	(13.152.334)
Judiciário		(297)	(300)
Essencial a Justiça		(2)	(44)
Administração		(203.532)	(195.493)
Segurança Pública	18	(8.923.807)	(7.921.304)
Assistência Social		(16)	(75)
Previdência Social		(4.576.357)	(4.492.152)
Saúde		(7)	(1)
Trabalho		-	(207)
Educação		(1.660)	(1.374)
Cultura		-	(72)
Direitos da Cidadania		(425.332)	(398.027)
Gestão Ambiental		(23.580)	(9.314)
Ciência e Tecnologia		(4)	-
Organização Agrária		(3)	-
Indústria		(1)	-
Transporte		(581)	(165)
Encargos Especiais		(144.422)	(133.784)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas–Cartão de Pagamento		5	(21)
Transferências Concedidas		(3.146.254)	(2.939.037)
Intergovernamentais		(1.687.007)	(1.491.244)
A Estados e/ou Distrito Federal		(1.630.491)	(1.455.265)
A Municípios		(56.515)	(35.979)
Intragovernamentais		(1.439.864)	(1.420.317)
Outras Transferências Concedidas		(19.384)	(27.476)
Outros Desembolsos Operacionais		(42.788.769)	(44.664.981)
Dispêndios Extraorçamentários		(54.664)	(59.962)
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		(976)	-
Transferências Financeiras Concedidas	17	(40.735.198)	(43.022.221)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(1.989.782)	(1.564.365)
Valores Compensados		(9)	(8)
Demais Pagamentos		(8.140)	(18.424)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(855.907)	(1.043.000)
INGRESSOS		18.478	6.111
Alienação de Bens		18.478	6.111
DESEMBOLSOS		(874.385)	(1.049.111)
Aquisição de Ativo Não Circulante	19	(835.235)	(965.591)
Outros Desembolsos de Investimentos		(39.150)	(83.520)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.217.837	(1.831.766)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		4.572.510	6.404.276
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		5.790.347	4.572.510

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021		-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(114.316.965)	-	-	(114.316.965)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	3.379	-	-	-	3.379
Resultado do Exercício		-	-	-	-	153.549.612	-	-	153.549.612
Saldo Final do Exercício 2021		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	12.938	-	-	12.938
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	788	(5.425)	-	-	(4.637)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	2.945.288	-	-	2.945.288
Saldo Final do Exercício 2022	<u>20</u>	-	-	-	6.372	277.253.419	-	-	277.259.791

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

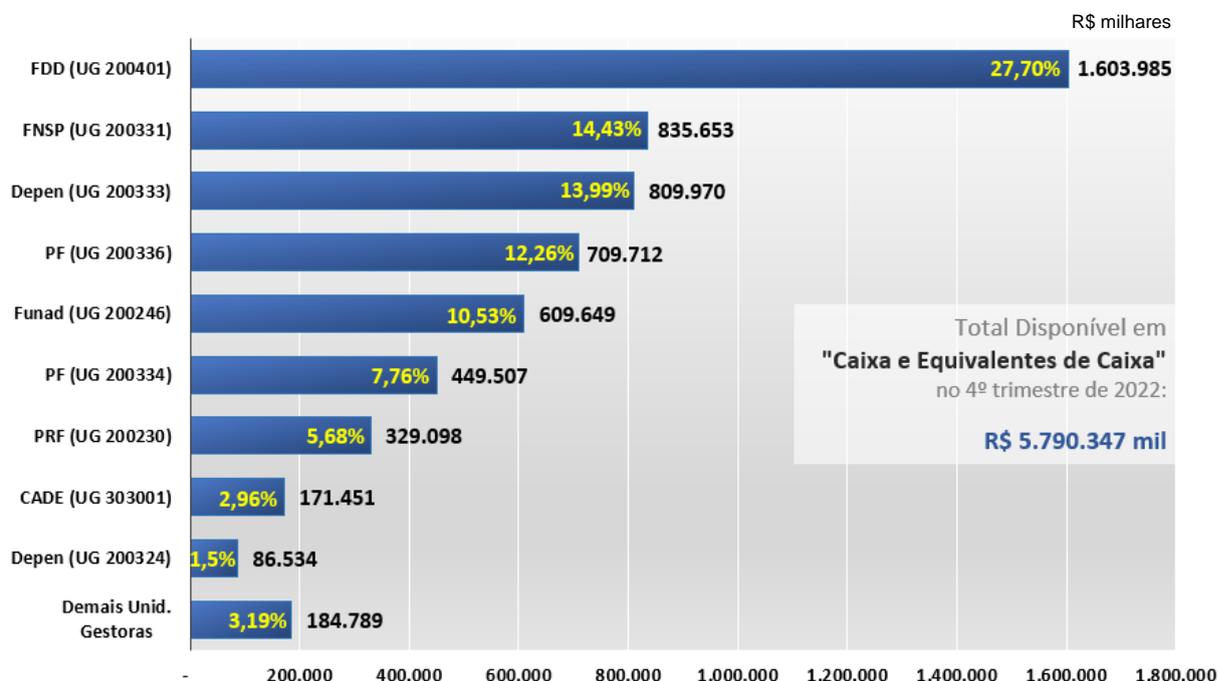
No final do 4º trimestre de 2022, os recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” representaram 65,27% (R\$ 5.790.347 mil) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 5.605.558 mil (96,81%) do referido montante assim distribuídos entre as nove (9) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.603.985 mil (27,70%) na UG 200401 do FDD;
- b) R\$ 835.653 mil (14,43%) na UG 200331 do FNSP;
- c) R\$ 809.970 mil (13,99%) na UG 200333 do Depen;
- d) R\$ 709.712 mil (12,26%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 609.649 mil (10,53%) na UG 200246 da Funad;
- f) R\$ 449.507 mil (7,76%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 329.098 mil (5,68%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 171.451 mil (2,96%) na UG 303001 do CADE;
- i) R\$ 86.534 mil (1,49%) na UG 200324 do Depen;

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 4º trimestre de 2022, as quais somaram 80 unidades distintas, englobaram R\$ 184.789 mil (3,19%) do total dos recursos disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Cumprir destacar que a representatividade de 15,48% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em dezembro de 2022, 96,84% (R\$ 5.607.267 mil) dos recursos financeiros disponíveis em “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

- a) 32,41% (R\$ 1.876.426 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais;
- b) 16,96% (R\$ 982.001 mil) em recursos próprios financeiros;
- c) 16,57% (R\$ 959.468 mil) em receitas de concursos prognósticos;
- d) 10,98% (R\$ 636.011 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação;

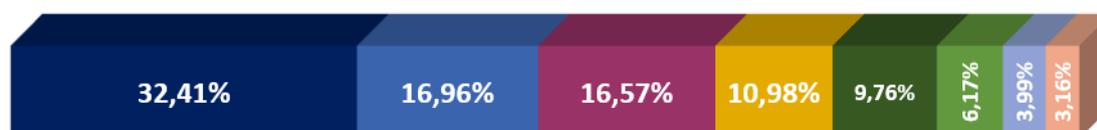
- e) 9,76% (R\$ 565.018 mil) em recursos primários de livre aplicação;
 f) 6,17% (R\$ 357.362 mil) em alienação de bens apreendidos; e
 g) 3,99% (R\$ 230.979 mil) em recursos livres da seguridade social.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 3,16% (R\$ 183.080 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 14 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Legenda:

- Taxas/ Multas p/ Poder de Polícia e Multas Prov. Proc. Judiciais
- Recursos Próprios Financeiros
- Receitas de Concursos de Prognósticos
- Rec. Próprios Primários de Livre Aplicação
- Recursos Primários de Livre Aplicação
- Alienação de Bens Apreendidos
- Recursos Livres da Seguridade Social
- Demais Fontes de Recursos (14 fontes distintas)



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No quarto trimestre de 2022, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 1.217.837 mil, sendo 170,28% (R\$ 2.073.744 mil) impactado pelas atividades operacionais e -70,28% (R\$ -855.907 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as "Transferências Financeiras Recebidas" que, conforme pode-se observar na DFC, em dezembro de 2022, representaram 90,92% (R\$ 56.653.152 mil) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, "Transferências Financeiras Concedidas" representaram 67,63% (R\$ -40.735.198 mil) e "Segurança Pública" representaram 14,82% (R\$ -8.923.807 mil), cujas representações totalizaram 82,45% (R\$ -49.659.004 mil), detalhados nas notas explicativas de número 17 e 18 respectivamente.

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 97,58% (R\$ -835.235 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número 19.

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 1.217.837 mil no quarto trimestre de 2022 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 1 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares		
	31/12/2022	31/12/2021	AV% (2022)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2.073.744	(788.766)	170,28
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(855.907)	(1.043.000)	(70,28)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.217.837	(1.831.766)	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no quarto trimestre de 2022, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo, apesar de representarem somente 1,15% (R\$ 3.191.606 mil) do total do ativo.

Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destacam-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, dos quais: 117,68% (R\$ 3.755.987 mil) foram decorrentes de "Dívida Ativa Não Tributária"; 42,33% (R\$ 1.350.849 mil) foram relativos a "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações" em virtude de multas aplicadas; e -63,14% (R\$ -2.015.060 mil) correspondendo a 100% do saldo de "Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo", conforme pode-se observar na "Tabela 2".

A Dívida Ativa Não Tributária, que é proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais, apresentou aumento de 18,81% (R\$ 595.799 mil) em relação ao exercício anterior sendo impactado pela contabilização de dívida ativa não tributária, majoritariamente, junto às empresas Rumo S.A. e Mann Hummel Brasil Ltda.

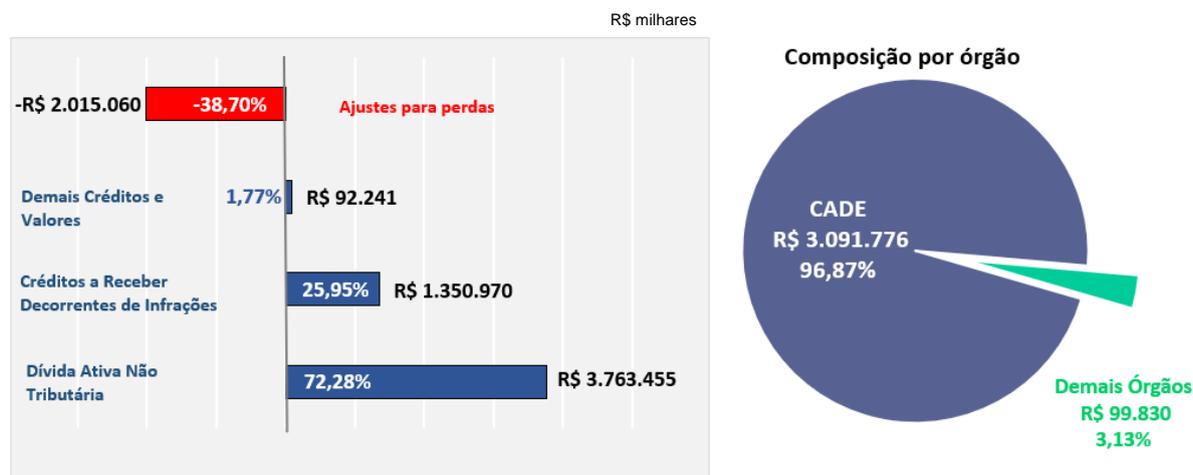
A rubrica "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações" apresentou aumento de 43,45% (R\$ 409.174 mil) na variação horizontal, demonstrado na "Tabela 02", impulsionado, principalmente, pela contabilização de multas aplicadas pelo Cade às empresas Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia, Construtora Coesa S.A e CNO S.A, por condutas de infração à ordem econômica.

Tabela 2 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Dívida Ativa Não Tributária	3.763.455	3.167.656	117,92	18,81
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.755.987	3.157.263	117,68	18,96
Fundação Nacional do Índio	7.468	10.393	0,23	(28,14)
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	1.350.970	941.796	42,33	43,45
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.350.849	941.674	42,33	43,45
Fundação Nacional do Índio	121	121	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores	92.241	89.100	2,89	3,52
Ministério da Justiça e Segurança Pública	46.589	45.578	1,46	2,22
Fundo Nacional de Segurança Pública	37.296	35.626	1,17	4,69
Fundação Nacional do Índio	5.535	5.075	0,17	9,08
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,05	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	298	298	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Polícia Federal	-	1	0,00	(100,00)
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(2.015.060)	(1.331.586)	(63,14)	51,33
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.015.060)	(1.331.586)	(63,14)	51,33
Total de Créditos a Longo Prazo	3.191.606	2.866.966	100,00	11,32

Fonte: Siafi.

Figura 03 – Créditos a Longo Prazo – composição



Fonte: Siafi.

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Em relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo do Cade, balizada pela Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, tem-se a reprodução da metodologia utilizada pela unidade:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;

- Perda Estimada = R\$ 3.755.986.838,78 – (0,46350727 x 3.755.986.838,78);

- Perda Estimada = R\$ 3.755.986.838,78 – 1.740.927.211,27;

Perda estimada = 2.015.059.627,51

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa.

Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

2022		2021		2020		2019	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
679.161.830,58	80.438.267,49	737.742.339,29	48.026.393,19	312.622.303,46	25.374.225,67	239.894.308,93	381.270.413,94

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

1. **Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12**

- Média mensal de recebimentos 2019 = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**

- Média mensal de recebimentos 2020 = 25.107.168,86 / 12 = **R\$ 2.092.264,07**

- Média mensal de recebimentos 2021 = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**

- Média mensal de recebimentos 2022 = $80.438.267,49 / 12 = \text{R\$ } 6.703.188,96$

2. Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2019 = $239.894.308,93/12 = \text{R\$ } 19.991.192,41$

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2020 = $312.622.303,46/12 = \text{R\$ } 26.050.795,20$

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $737.742.339,29/12 = \text{R\$ } 61.478.528,27$

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $679.161.830,58 = \text{R\$ } 56.596.819,22$

3. Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = $31.722.534,50 / 19.991.192,41 = 1,58932663$

4. Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = $2.092.264,07 / 26.050.795,20 = 0,08031479$

5. Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 = 0,06509914$

6. Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = $6.703.188,96 / 56.596.819,22 = 0,11843756$

7. (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4) / 4

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08031479 + 0,06509914 + 0,11843756) / 4$

- Quociente médio de recebimento = $0,46350727$

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estimada é o **0,46350727**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.015.059.627,51** (dois bilhões, quinze milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos) de Perda Estimada, o que representa 53,65% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2021 os cálculos apuraram o valor de **R\$ 1.331.585.720,81** (bilhão) para os Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo. Considerando o valor contabilizado em 2021, foi feita uma contabilização, em 30/12/2022, no valor complementar de **R\$ 683.473.906,70** (milhões) e somando os dois valores encontramos o valor de **R\$ 2.015.059.627,51**.

Ressalta-se que a fonte das informações supracitadas, referentes aos 'Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo' são provenientes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica."

Nota 03 – Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Em 31 de dezembro de 2022, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 266,23 bilhões dos bens móveis e imóveis, sendo 1,40% (R\$ 3,72 bilhões) em bens móveis e 98,60% (R\$ 262,51 bilhões) em bens imóveis, conforme demonstrado na “Tabela 03”.

Tabela 03 – Imobilizado – composição

	R\$ milhares			
IMOBILIZADO	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	3.720.812	3.392.312	1,40	9,68
Bens móveis - consolidação	5.037.597	4.546.027	1,89	10,81
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens móveis	(1.316.786)	(1.153.715)	(0,49)	14,13
Bens Imóveis	262.506.957	262.176.053	98,60	0,13
Bens imóveis - consolidação	262.510.983	262.217.139	98,60	0,11
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens imóveis	(4.026)	(41.086)	(0,00)	(90,20)
Total do Imobilizado	266.227.769	265.568.365	100,00	0,25

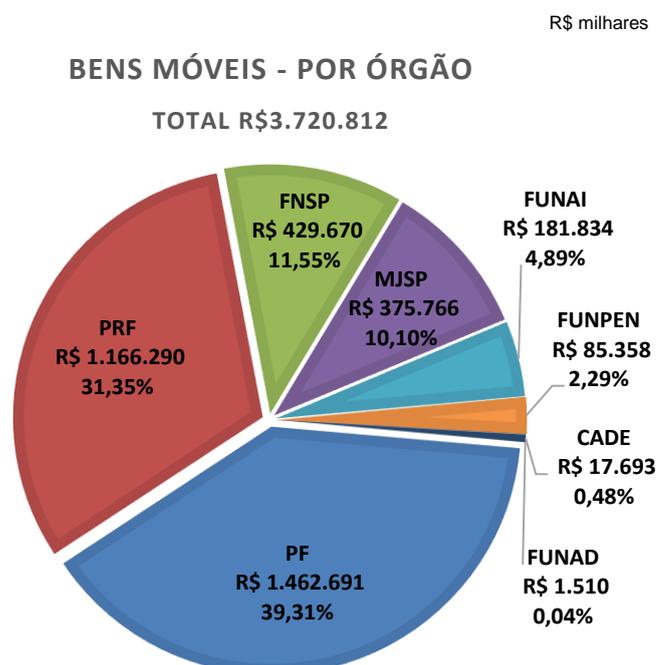
Fonte: Siafi.

Bens Móveis - Imobilizado

Os bens móveis totalizaram, no quarto trimestre de 2022, R\$ 3.720.812 mil, após a aplicação da depreciação, representando 1,40% do total do imobilizado.

No que se refere aos órgãos vinculados ao MJSP, os bens móveis apresentaram a distribuição conforme a “Figura 04”. Destacaram-se a PF, com 39,31% (R\$ 1.462.691 mil) e a PRF, com 31,35% (R\$ 1.166.290 mil). Somando, ambas, 70,66% (R\$ 2.628.981 mil) do total dos bens móveis do MJSP.

Figura 04 – Bens Móveis – composição por órgão



Fonte: Siafi.

Desse total registrado, as unidades enfrentam desafios envolvendo a falta realização dos procedimentos de inventário, implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial de seus bens móveis (Siads) e de bens apreendidos/perdidos (Sigap) e falta de avaliação de bens.

Conforme destacado na “Tabela 04”, os veículos apresentaram, no quarto trimestre de 2022, maior representatividade, correspondendo a 53,47% (R\$ 1.989.648 mil) do total da rubrica, seguido pelos bens de informática, com 24,08% (R\$ 895.978 mil) e máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 23,37% (R\$ 869.376 mil).

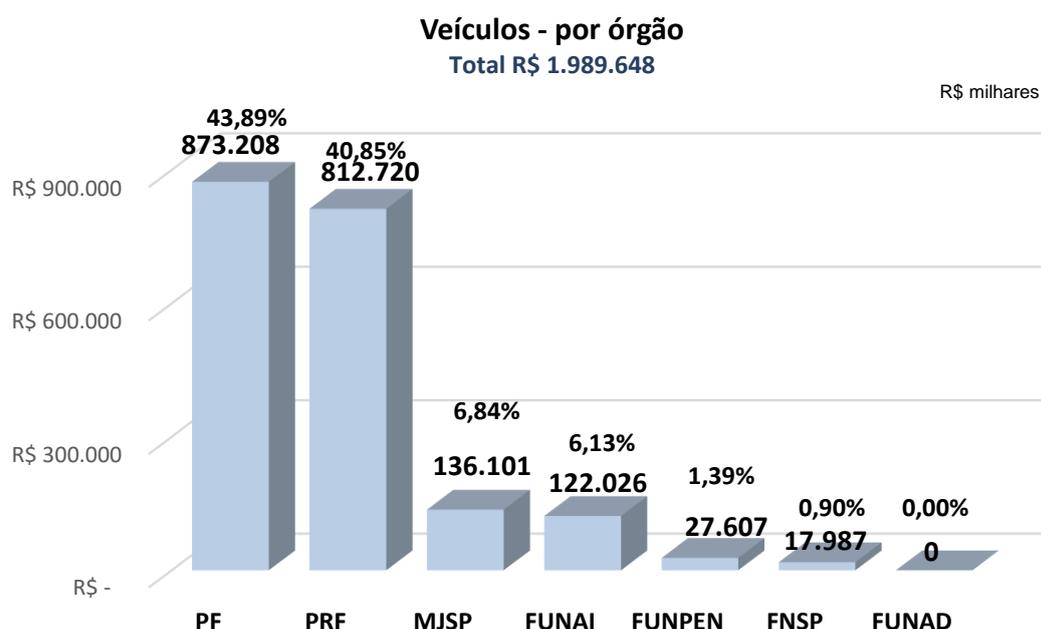
Tabela 04 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

Descrição	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Veículos	1.989.648	1.884.550	53,47	5,58
Bens de Informática	895.978	853.265	24,08	5,01
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	869.376	786.441	23,37	10,55
Bens Móveis em Almoarifado	469.467	317.895	12,62	47,68
Móveis e Utensílios	244.894	230.794	6,58	6,11
Bens Móveis em Andamento	180.712	108.312	4,86	66,84
Armamentos	172.517	159.560	4,64	8,12
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	122.960	116.013	3,30	5,99
Semoventes e Equipamentos de Montaria	12.933	12.752	0,35	1,42
Peças e Conjuntos de Reposição	59	59	0,00	-
Demais Bens Móveis	79.053	76.387	2,12	3,49
Subtotal	5.037.597	4.546.027	135,39	10,81
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.316.786)	(1.153.715)	(35,39)	14,13
Total líquido	3.720.812	3.392.312	100,00	9,68

Fonte: Siafi.

Na “Figura 05”, destacam-se a PF e a PRF, cujos órgãos possuem as maiores representações de veículos, os quais são utilizados sobretudo nas atividades inerentes à função policial.

Figura 05 – Veículos – por órgão



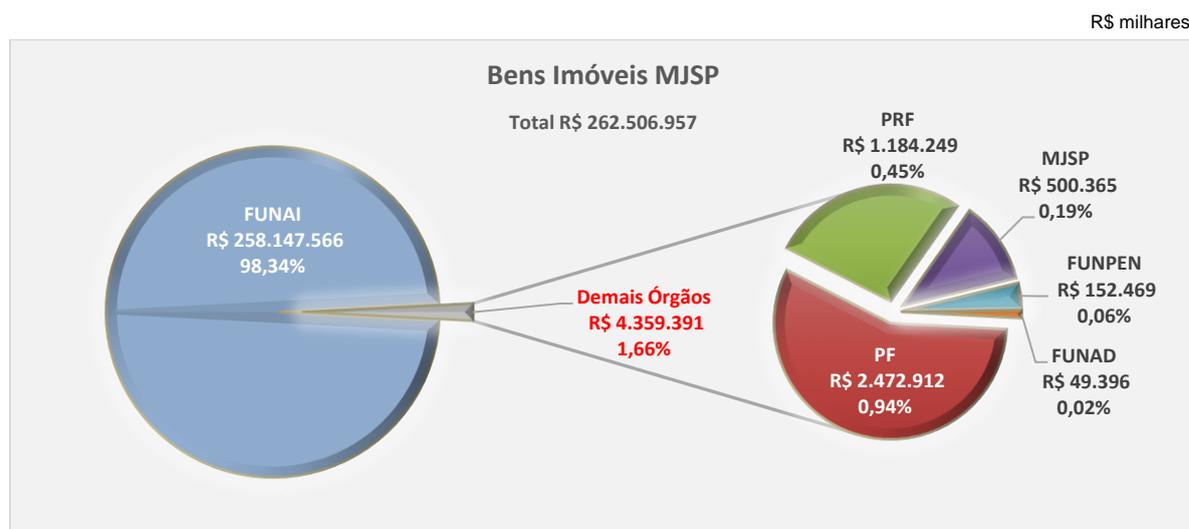
Fonte: Siafi.

Bens Imóveis – Imobilizado

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 262.510.983 mil no 4º trimestre de 2022, representando 94,21% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de -0,002% (R\$ -4.026 mil), foi de R\$ 262.506.957 mil.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 258,15 bilhões (98,34%), conforme “Figura 06”.

Figura 06 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a “Tabela 05”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,75% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 261,8 bilhões em 31/12/2022.

Tabela 05 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	261.848.363	261.612.302	99,75	0,09
Bens Imóveis em Andamento	567.002	524.569	0,22	8,09
Instalações	58.297	45.262	0,02	28,80
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.099	11.266	0,00	16,27
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.742	12.371	0,00	3,00
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	10.912	10.801	0,00	1,02
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	0,00
Subtotal	262.510.983	262.217.139	100,00	0,11
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(3.758)	(41.030)	(0,00)	(90,84)
Amortização Acumulada - bens imóveis	(268)	(56)	(0,00)	377,24
Total líquido	262.506.957	262.176.053	100,00	0,13

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 06”, a rubrica Fazendas, Parques e Reservas, representando 98,11% do total dos bens de uso especial do MJSP. Ressalta-se, ainda, o evidente aumento de 8.561% apresentado na análise horizontal do MJSP, na rubrica Terrenos e Glebas, que foi influenciado pela reavaliação, em julho de 2022, do Terreno RIP (Registro Imobiliário Patrimonial) nº 970106513500-0, localizado no Setor de Áreas Isoladas Norte de Brasília.

Tabela 06 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	261.559.792	261.383.927	100,00	0,07
Fazendas, Parques e Reservas	256.629.057	256.629.811	98,11	(0,00)
Funai	256.607.285	256.607.285	98,10	0,00
Funad	21.772	22.526	0,01	(3,35)
Edifícios	1.875.949	1.822.729	0,72	2,92
PF	1.247.071	1.306.143	0,48	(4,52)
MJSP	418.955	335.985	0,16	24,69
PRF	180.444	151.898	0,07	18,79
Funai	28.385	28.385	0,01	0,00
Funad	776	-	0,00	-
Funpen	319	319	0,00	0,00

Terrenos, Glebas	1.514.445	1.382.177	0,58	9,57
Funai	909.599	909.563	0,35	0,00
PF	529.336	451.450	0,20	17,25
MJSP	58.680	677	0,02	8.561,53
Funpen	10.894	10.894	0,00	0,00
Funad	5.936	9.593	0,00	(38,12)
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.427.768	1.370.282	0,55	4,20
Funai	576.307	576.307	0,22	0,00
PF	459.232	416.084	0,18	10,37
PRF	329.179	314.945	0,13	4,52
Funpen	61.619	61.619	0,02	0,00
Funad	1.432	1.327	0,00	7,89
Complexos, Fábricas e Usinas	57.796	128.797	0,02	(55,13)
PF	46.101	119.128	0,02	(61,30)
PRF	11.695	9.668	0,00	20,96
Imóveis Residenciais e Comerciais	54.777	50.131	0,02	9,27
Funad	19.634	12.282	0,01	59,86
PRF	16.420	15.540	0,01	5,67
PF	14.504	18.421	0,01	(21,26)
Funai	4.218	3.888	0,00	8,49
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	10.912	10.801	0,00	1,02
Edifícios	4.419	4.318	0,00	2,33
PRF	4.200	4.200	0,00	0,00
Funai	102	102	0,00	0,00
MJSP	101	-	0,00	-
Funpen	17	17	0,00	0,00
Terrenos, Glebas	4.046	4.046	0,00	0,00
Funai	4.046	4.046	0,00	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.125	1.115	0,00	0,88
Funai	648	648	0,00	0,03
Funpen	385	342	0,00	12,39
PF	92	125	0,00	(26,21)
Complexos, Fábricas e Usinas	919	919	0,00	0,00
PRF	919	919	0,00	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	403	403	0,00	0,00
PRF	386	386	0,00	0,00
Funai	16	16	0,00	0,00
Total dos bens de uso especial	261.570.704	261.394.729	100,00	0,07

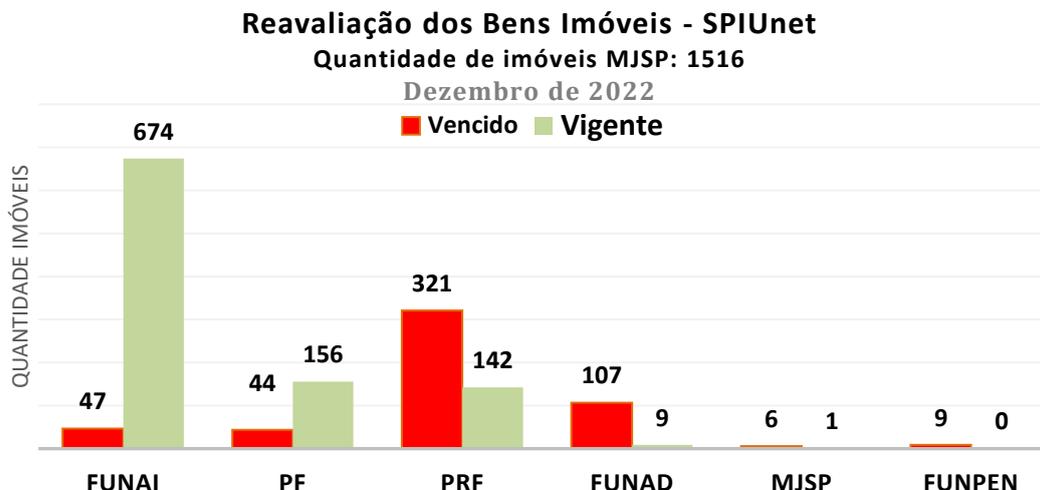
Fonte: Siafi.

O MJSP apresentou, no quarto trimestre de 2022, 1.516 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: Funai, 721; PRF, 463; PF, 200; Funad, 116; Funpen, 9; e MJSP, 7. A “Figura 07” representa a situação dos bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet, onde 64,78% (982 imóveis) da quantidade de imóveis está com o prazo de validade vigente. Nesse sentido, 99,50% (R\$ 260,5 bilhões) do valor de utilização registrado no SPIUnet encontra-se vigente, conforme “Figura 08”.

Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

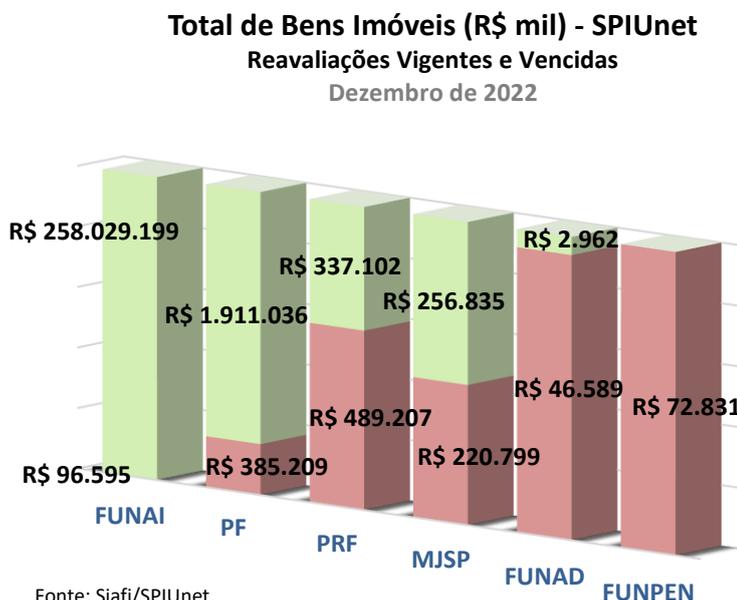
Figura 07 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi/SPIUnet.

Na “Figura 08”, apresenta-se a evolução dos órgãos vinculados ao MJSP acerca dos valores correspondentes às reavaliações vigentes e vencidas. No encerramento do exercício de 2022, a consolidação dos saldos vencidos representou 0,50% (R\$ 1.311.230 mil) do valor total e os saldos vigentes 99,50% (R\$ 260.537.133 mil).

Figura 08 – Valores dos Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Fonte: Siafi/SPIUnet

Nota 04 – Intangível – BP

No quarto trimestre de 2022, os registros de “Softwares” nos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública representaram 99,99% (R\$ 342.921 mil) do Ativo Intangível, conforme pode-se observar na “Tabela 07”. No entanto, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos, apesar da necessidade de reaverem a integridade dos referidos montantes.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 07 – Intangível

		R\$ milhares			
Nome da Conta	Nome do Órgão	dez/22	dez/21	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	79.873	149	23,29	53.561,86
	Polícia Federal	54.904	64.326	16,01	(14,65)
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	9.570	8.894	2,79	7,60
	Fundação Nacional do Índio	6.281	6.281	1,83	0,00
	Polícia Rodoviária Federal	1.997	1.980	0,58	0,86
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,44	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00
	Total - Softwares com vida útil definida	154.845	148.845	45,15	4,03
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	137.872	137.547	40,20	0,24
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	24.447	24.328	7,13	0,49
	Polícia Rodoviária Federal	21.525	21.528	6,28	(0,02)
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	6.123	4.351	1,79	40,73
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,74	0,00
	Fundação Nacional do Índio	912	904	0,27	0,90
	Fundo Penitenciário Nacional	10	-	0,00	-
	Total - Softwares com vida útil indefinida	196.869	194.637	57,41	1,15
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	27.195	15.919	7,93	70,83
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	27.195	15.919	7,93	70,83
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	Fundação Nacional do Índio	18	18	0,01	0,00
	Total - Concessão de dir. de uso de comunic.	18	18	0,01	(0,03)
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Polícia Federal	(34.601)	(18.424)	(10)	88
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	(1.386)	(1.230)	(0)	13
	Total - Amortização Acumulada	(35.987)	(19.654)	(10)	83
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		342.939	339.765	100,00	0,93

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - BP

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

No 4º trimestre de 2022, restaram contabilizados R\$ 879.787 mil para despesas com pessoal, que representaram 64,04% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo e a participação dos órgãos vinculados ao MJSP são evidenciadas na "Tabela 08". Destaca-se a PF com 57,59% (R\$ 506.704 mil) de representatividade, seguida pela PRF com 31,36% (R\$ 275.860 mil). O aumento de 28,16% na análise horizontal, registrado no MJSP, foi resultante do registro contábil de apropriação de férias a pagar.

Tabela 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

Descrição	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Polícia Federal	506.704	478.530	57,59	5,89
Polícia Rodoviária Federal	275.860	257.271	31,36	7,23
Ministério da Justiça e Segurança Pública	55.869	43.594	6,35	28,16
Fundação Nacional do Índio	39.246	37.963	4,46	3,38
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.109	2.154	0,24	(2,07)
Total	879.787	819.513	100,00	7,35

Fonte: Siafi.

Conforme apresentado na "Tabela 09", a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 81,47% (R\$ 716.724 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo. Verifica-se, ainda, que o aumento de 40,61% (R\$ 42.063 mil) do quarto trimestre de 2022, em relação ao mesmo período do exercício anterior, na rubrica Férias a Pagar, foi representado em 77,36% (R\$ 32.541 mil) pelos órgãos vinculados PF e MJSP.

Tabela 09 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	716.724	691.213	81,47	3,69
Férias a Pagar	145.647	103.584	16,55	40,61
Precatórios de Pessoal	5.473	16.186	0,62	(66,18)
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.356	3.720	0,50	17,09
Contribuição a Entidades de Previd. Complementar	3.887	1.591	0,44	144,25
Benefícios Previdenciários	3.410	2.800	0,39	21,79
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações - Intra	107	0	0,01	-
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações	71	0	0,01	-
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros – Intra	65	0	0,01	-
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terc./Contrib. Avulsos	26	0	0,00	-
FGTS	22	0	0,00	-
PSSS - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra	0	419	-	(100,00)
Total Geral	879.787	819.513	100,00	7,35

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

O "Resultado de Exercícios Anteriores", registrado no quarto trimestre de 2022, representou 98,44% (R\$ 274.300.617 mil) do total do passivo e patrimônio líquido, conforme pode-se observar na análise vertical do Balanço Patrimonial. Somente a FUNAI representou 92,71% (R\$ 258.317.813 mil) da referida rubrica, conforme apresentado na Tabela 11 e Figura 09.

Tabela 10 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

Resultado de Exercícios Anteriores	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	258.317.813	218.584.458	109,89	18,18
Polícia Federal	4.496.475	3.901.545	1,91	15,25
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.200.655	3.262.670	1,79	28,75
Polícia Rodoviária Federal	2.267.531	2.096.399	0,96	8,16
Fundo Penitenciário Nacional	1.287.350	1.367.636	0,55	(5,87)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.168.450	744.871	0,50	56,87
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.077.417	3.764.134	0,46	(71,38)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	831.468	794.122	0,35	4,70
Fundo Nacional Antidrogas	566.606	465.285	0,24	21,78
Subtotal (A)	274.213.766	234.981.120	116,65	16,70

Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,03	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,03	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	25	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	25	(0,00)	-
Total (A+B+C)	274.300.617	235.067.971	100,00	16,69

Fonte: Siafi.

Com relação ainda ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, conforme demonstrado na Tabela 11 e Figura 09, 92,71% (R\$ 258.317.813 mil) correspondem aos resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio- Funai, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas, assim registrados:

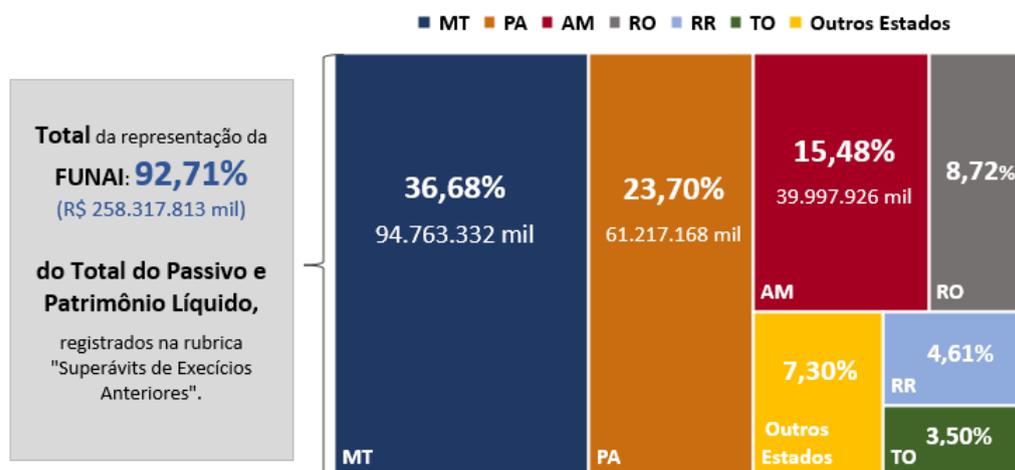
- a) 34,01% no MT (R\$ 94.763.332 mil);
- b) 21,97% no PA (61.217.168 mil);
- c) 14,36% no AM (R\$ 39.997.926 mil);
- d) 8,08% em RO (R\$ 22.512.896 mil);
- e) 4,28% em RR (R\$ 11.913.221 mil);
- f) 3,25% no TO (R\$ 9.051.390 mil);
- i) 6,77% em outros estados (R\$ 18.861.880 mil).

Tabela 11 – Superávits Acumulados – composição FUNAI – por estado

R\$ milhares				
FUNAI - Resultado de Exercícios Anteriores	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH%
Mato Grosso	94.763.332	46.472.475	34,01	103,91
Pará	61.217.168	22.369.010	21,97	173,67
Amazonas	39.997.926	7.502.144	14,36	433,15
Rondônia	22.512.896	10.812.809	8,08	108,21
Roraima	11.913.221	2.385.237	4,28	399,46
Tocantins	9.051.390	7.477.435	3,25	21,05
Outros Estados	18.861.880	121.565.347	6,77	(84,48)
Total de Superávits de Exercícios Anteriores - FUNAI	258.317.813	218.584.458	92,71	18,18
Total do Resultado de Exercícios Anteriores	274.300.617	235.067.971	98,44	16,69
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	278.633.511	275.487.105	100,00	1,14

Fonte: Siafi.

Figura 09 – Composição da FUNAI: Resultado de Exercícios Anteriores/ Passivo e PL



Fonte: Siafi.

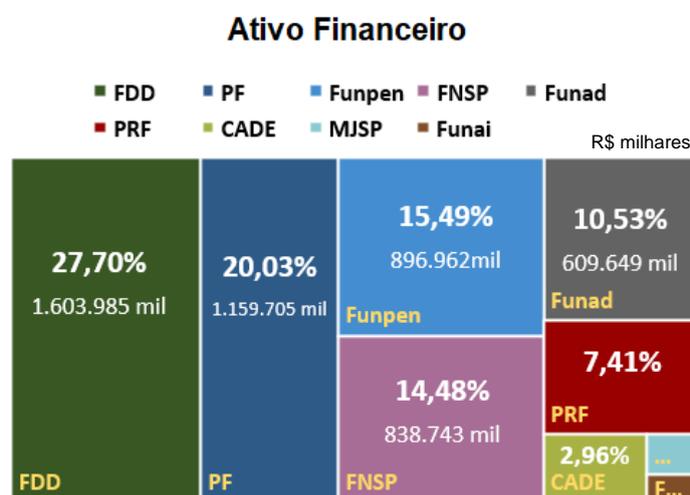
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no quarto trimestre de 2022, representaram 2,08% (R\$ 5.790.486 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na "Figura 10":

- a) 27,70% (R\$ 1.603.985 mil) no FDD;
- b) 20,03% (R\$ 1.159.705 mil) na PF;
- c) 15,49% (R\$ 896.962 mil) no Funpen;
- d) 14,48% (R\$ 838.743 mil) no FNSP;
- e) 10,53% (R\$ 609.649 mil) no Funad;
- f) 7,41% (R\$ 428.805 mil) na PRF;
- g) 2,96% (R\$ 171.452 mil) no CADE;
- h) 0,84% (R\$ 48.761 mil) no MJSP; e
- i) 0,56% (R\$ 32.423 mil) na Funai.

Figura 10 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no quarto trimestre de 2022, representaram 97,92% (R\$ 272.843.025 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo bens, créditos e valores em que a mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Cumpre enfatizar que 94,05% (R\$ 256.607.285 mil) dos ativos permanentes foram correspondentes às Fazendas, Parques e Reservas registrados na Funai.

Passivo Financeiro

No quarto trimestre de 2022, o "Passivo Financeiro" representou 93,76% (R\$ 4.310.475 mil) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na "Tabela 12" a seguir.

Tabela 12 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

R\$ milhares

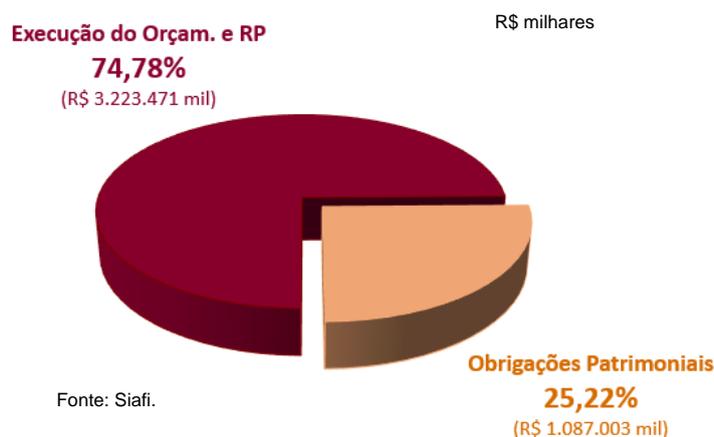
Passivo Financeiro - por órgão	31/12/2022	31/12/2021	AV% (DEZ/2022)	AH%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	975.364	1.196.268	22,63	(18,47)
Polícia Federal	936.227	1.166.017	21,72	(19,71)
Fundo Nacional de Segurança Pública	770.269	597.758	17,87	28,86
Polícia Rodoviária Federal	716.801	758.025	16,63	(5,44)
Fundo Penitenciário Nacional	711.549	600.740	16,51	18,45

Fundação Nacional do Índio	104.863	141.448	2,43	(25,86)
Fundo Nacional Antidrogas	42.967	25.376	1,00	69,33
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	42.545	163.798	0,99	(74,03)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.889	12.810	0,23	(22,80)
Total Geral	4.310.475	4.662.241	100,00	(7,55)

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cuja representação pode-se observar na "Figura 11".

Figura 11 – Composição do Passivo Financeiro



Passivo Financeiro – Execução do Orçamento e de Restos a Pagar (contas 62 e 63)

Os passivos financeiros/ orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram 74,78% (R\$ 3.223.471 mil) do total do Passivo Financeiro no quarto trimestre de 2022. Sua distribuição por órgão, detalhada na "Tabela 13", ocorreu da seguinte forma:

- a) 28,51% (R\$ 918.925 mil) no MJSP;
- b) 23,54% (R\$ 758.927 mil) na FNSP;
- c) 18,14% (R\$ 584.830 mil) no Funpen;
- d) 14,56% (R\$ 469.391 mil) na PF;
- e) 10,11% (R\$ 325.776 mil) na PRF;
- f) 2,30% (R\$ 74.011 mil) na Funai;
- g) 1,33% (R\$ 42.967 mil) na Funad;
- h) 1,24% (R\$ 39.934 mil) no FDD; e
- i) 0,27% (R\$ 8.709 mil) no CADE.

Tabela 13 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas	31/12/2022	31/12/2021	R\$ milhares	
			AV% (DEZ/2022)	AH%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	918.925	1.131.488	28,51	(18,79)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	301.767	514.770	9,36	(41,38)
RP Não Processados a Liquidar	514.978	616.718	15,98	(16,50)
RPNP a Liquidar – Excetuados o 7º Art. 83 LDO/22	102.180	-	3,17	-
Fundo Nacional de Segurança Pública	758.927	592.159	23,54	28,16
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	509.426	304.797	15,80	67,14
RP Não Processados a Liquidar	132.213	287.362	4,10	(53,99)
RPNP a Liquidar – Excetuados o 7º Art. 83 LDO/22	117.289	-	3,64	-
Fundo Penitenciário Nacional	584.830	560.042	18,14	4,43
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	209.367	345.018	6,50	(39,32)

RP Não Processados a Liquidar	323.799	215.024	10,05	50,59
RPNP a Liquidar – Excetuados œ7º Art. 83 LDO/22	51.664	-	1,60	-
Polícia Federal	469.391	689.155	14,56	(31,89)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	300.060	566.299	9,31	(47,01)
RP Não Processados a Liquidar	166.546	122.856	5,17	35,56
RPNP a Liquidar – Excetuados œ7º Art. 83 LDO/22	2.786	-	0,09	-
Polícia Rodoviária Federal	325.776	389.100	10,11	(16,27)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	271.368	297.501	8,42	(8,78)
RP Não Processados a Liquidar	53.906	91.599	1,67	(41,15)
RPNP a Liquidar – Excetuados œ7º Art. 83 LDO/22	502	-	0,02	-
Fundação Nacional do Índio	74.011	107.829	2,30	(31,36)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	49.556	96.663	1,54	(48,73)
RP Não Processados a Liquidar	24.455	11.167	0,76	119,00
Fundo Nacional Antidrogas	42.967	25.375	1,33	69,33
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	33.760	15.716	1,05	114,81
RP Não Processados a Liquidar	9.207	9.659	0,29	(4,68)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	39.934	160.585	1,24	(75,13)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	13.060	5.076	0,41	157,30
RP Não Processados a Liquidar	6.292	155.510	0,20	(95,95)
RPNP a Liquidar – Excetuados œ7º Art. 83 LDO/22	20.582	-	0,64	-
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8.709	11.595	0,27	(24,89)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	7.076	8.794	0,22	(19,53)
RP Não Processados a Liquidar	1.632	2.801	0,05	(41,72)
Total Geral	3.223.471	3.667.329	100,00	(12,10)

Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – Obrigações Patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram 25,22 % (R\$ 1.087.003 mil) do Passivo Financeiro no quarto trimestre de 2022, assim registrados:

- 42,95% (R\$ 466.836 mil) na PF;
- 35,97% (R\$ 391.025 mil) na PRF;
- 11,66% (R\$ 126.719 mil) no Funpen; e
- 5,19% (R\$ 56.439 mil) no MJSP; e
- 4,23% (R\$ 45.985 mil) nos demais órgãos do MJSP.

Conforme pode-se observar, os órgãos PF, PRF e Funpen totalizaram 90,58% (R\$ 1.041.018 mil) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram 65,93% (R\$ 716.687 mil) das obrigações patrimoniais; sendo que 60,25% (R\$ 654.932 mil) foram decorrentes da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, que registraram, respectivamente, 35,24% (R\$ 383.077 mil) e 25,70% (R\$ 271.855 mil).

Tabela 14 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV % (DEZ/2022)	AH%
Polícia Federal	466.836	476.863	42,95	(2,10)
Salários, Remunerações e Benefícios	383.077	375.043	35,24	2,14
Polícia Rodoviária Federal	391.025	368.925	35,97	5,99
Salários, Remunerações e Benefícios	271.855	254.161	25,01	6,96
Fundo Penitenciário Nacional	126.719	40.698	11,66	211,36
Ministério da Justiça e Segurança Pública	56.439	64.780	5,19	(12,88)
Salários, Remunerações e Benefícios	37.657	34.628	3,46	8,75
Fundação Nacional do Índio	30.852	33.619	2,84	(8,23)
Salários, Remunerações e Benefícios	23.210	26.409	2,14	(12,11)
Fundo Nacional de Segurança Pública	11.342	5.599	1,04	102,57

Fundo de Defesa de Direitos Difusos	2.611	3.213	0,24	(18,73)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.180	1.215	0,11	(2,88)
Salários, Remunerações e Benefícios	888	948	0,08	(6,27)
Fundo Nacional Antidrogas	-	1	-	(100,00)
Total Geral	1.087.003	994.912	100,00	9,26

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

No quarto trimestre de 2022, destacaram-se as representações da PF, PRF e FUNAI, totalizando 78,72% (R\$ 225.704 mil) do Passivo Permanente, que representa as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate; sendo 42,85% (R\$ 122.852 mil) na PF, 23,64% (R\$ 67.792 mil) na PRF, e 12,23% (R\$ 35.059 mil) na Funai respectivamente. Observa-se a distribuição por órgão na "Tabela 15".

Destaca-se que do montante total do Passivo Permanente, 50,80% (R\$ 145.647 mil) corresponderam à "Férias a Pagar", e 45,49% (R\$ 130.428 mil), a "Transferências Financeiras a Comprovar – TED", cujas rubricas somaram 96,29% (R\$ 276.075 mil).

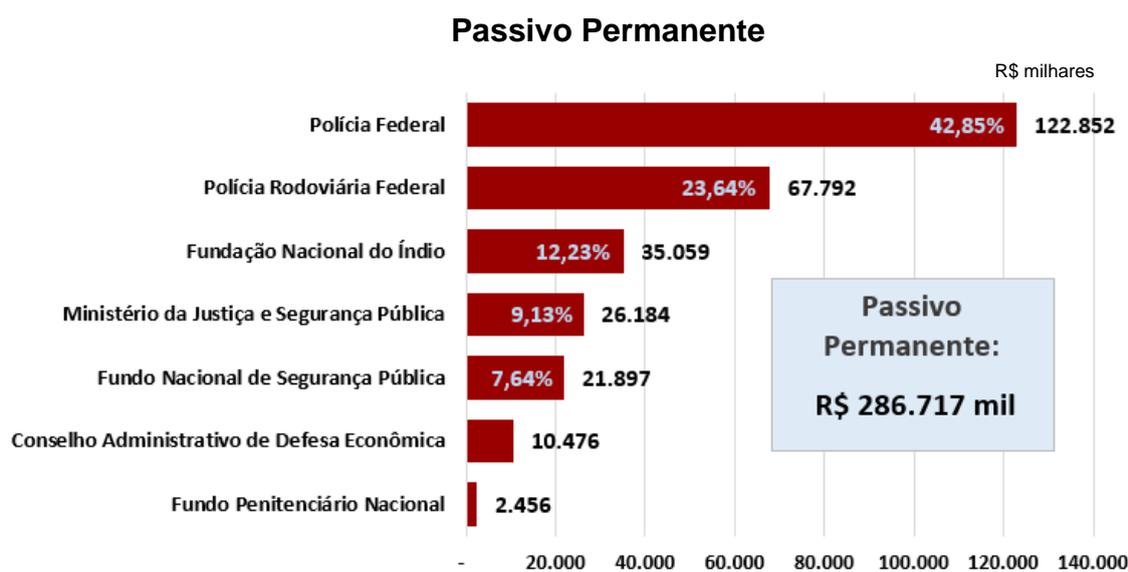
Tabela 15 – Passivo Permanente – composição por órgão

<i>Passivo Permanente – por órgão</i>	31/12/2022	31/12/2021	AV% (DEZ/2022)	AH%
Polícia Federal	122.852	98.561	42,85	24,65
Polícia Rodoviária Federal	67.792	11.474	23,64	490,82
Fundação Nacional do Índio	35.059	37.559	12,23	(6,65)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	26.184	15.110	9,13	73,29
Fundo Nacional de Segurança Pública	21.897	10.241	7,64	113,81
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.476	10.545	3,65	(0,66)
Fundo Penitenciário Nacional	2.456	2.501	0,86	(1,81)
Total Geral	286.717	185.992	100,00	54,16

R\$ milhares

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



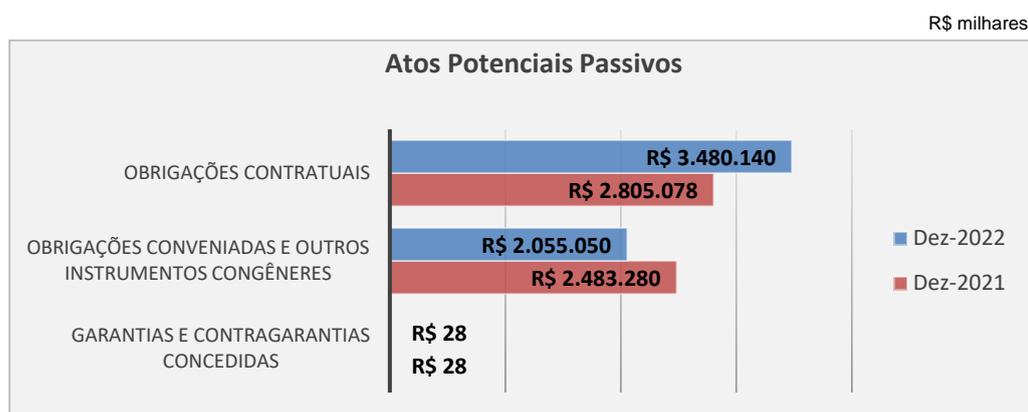
Fonte: Siafi.

Nota 08 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

São representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No 4º trimestre de 2022, os Atos Potenciais Passivos apresentaram saldo de R\$ 5,53 bilhões, sendo, desse valor, 62,87% (R\$ 3.480.140 mil) relativo à rubrica Obrigações Contratuais e 37,13% (R\$ 2.055.050 mil) de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres.

Figura 13 – Atos Potenciais Passivos – por item



Fonte: Siafi.

A rubrica Obrigações Contratuais contempla os contratos em que a administração pública participa como contratante. Na “Tabela 16”, os contratos de serviços apresentaram maior representatividade, 63,30% (R\$ 2.202.972 mil) dos contratos em execução.

Tabela 16 - Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por modalidade	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Contratos de Serviços	2.202.972	1.837.867	63,30	19,87
Contratos de Fornecimento de Bens	1.103.869	855.475	31,72	29,04
Contratos de Aluguéis	165.471	105.585	4,75	56,72
Contratos de Seguros	6.675	4.998	0,19	33,56
Acordo Transf. Recursos p/Org. Internacionais	1.050	1.050	0,03	0,02
Execução de Contrato de Gestão	103	103	0,00	0,01
Total	3.480.140	2.805.078	100,00	24,07

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 17” abaixo, destaca-se a PF, que representou 51,55% (R\$ 1.794.115 mil) das obrigações contratuais até 31 de dezembro de 2022. Na análise horizontal, o aumento de 91,39% do FNSP, foi impactado em 32,58% (R\$ 160.162 mil) pelo registro de termo aditivo de contrato de aquisição de veículos utilitários, ambulâncias, caminhões-tanque e caminhonete descaracterizada, para atendimento das necessidades do órgão.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais – por órgão contratante

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por órgão contratante	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH %
PF	1.794.115	1.427.537	51,55	25,68
FNSP	491.625	256.866	14,13	91,39
PRF	397.243	324.694	11,41	22,34
MJSP	337.000	333.017	9,68	1,20
FUNAI	286.333	287.791	8,23	(0,51)
FUNPEN	87.766	104.698	2,52	(16,17)
CADE	75.272	58.183	2,16	29,37
FDD	10.787	12.291	0,31	(12,24)
Total	3.480.140	2.805.078	100,00	24,07

Fonte: Siafi.

Em seguida, a “Tabela 18” apresenta os 10 (dez) contratados com os valores mais expressivos, representando 39,70% (R\$ 1.381.720 mil) em relação ao total das obrigações contratuais.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – por contratado

	R\$ milhares	
Obrigações contratuais – por contratado	31/12/2022	AV %
Casa da Moeda do Brasil CMB	419.100	12,04
General Motors do Brasil Ltda	274.678	7,89
Serpro - Sede - Brasília	184.314	5,30
Iafis Systems do Brasil Eireli	127.097	3,65
Multibrasil Construção Ltda	86.292	2,48
Antonio Amaral Vilas Boas Neto	81.860	2,35
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	69.297	1,99
Caixa Econômica Federal	56.390	1,62
Santiago & Cintra Consultoria Ltda	44.760	1,29
Claro S.A.	37.932	1,09
Demais saldos (2.818 contratados)	2.098.420	60,30
Total	3.480.140	100,00

Fonte: Siafi.

Apresenta-se, na “Tabela 19”, a composição do saldo da conta contábil Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres. Destaca-se o MJSP, com 39,54% (R\$ 812.659 mil) na Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres e o FDD, com 10,73% (R\$ 220.564 mil) na execução dos Termos de Execução Descentralizada.

Tabela 19 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade

	R\$ milhares			
Conta contábil	31/12/2022	31/12/2021	AV %	AH %
Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.721.989	1.994.327	83,79	(13,66)
MJSP	812.659	1.091.009	39,54	(25,51)
Funpen	584.242	374.868	28,43	55,85
FNSP	231.352	297.195	11,26	(22,15)
Funad	50.976	48.183	2,48	5,80
FDD	38.200	178.514	1,86	(78,60)
Funai	4.559	4.559	0,22	-
Termo de Execução Descentralizada	333.061	488.953	16,21	(31,88)
FDD	220.564	352.405	10,73	(37,41)
FNSP	37.780	27.515	1,84	37,30
Funad	23.453	31.393	1,14	(25,29)
PF	20.072	11.382	0,98	76,35
PRF	11.370	10.824	0,55	5,04
Funpen	9.505	24.029	0,46	(60,44)
MJSP	5.651	25.475	0,27	(77,82)
CADE	4.664	5.929	0,23	(21,33)
Total	2.055.050	2.483.280	100,00	(17,24)

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Pessoal e Encargos – DVP

No 4º trimestre de 2022, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 13,63% (R\$ 8.279.715 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal alusivos à Polícia Federal, que apresentou 53,74% (R\$ 4.449.804 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 37,50% (R\$ 3.104.868 mil). Somando, ambas, 91,24% (R\$ 7.554.672 mil), conforme “Tabela 20”.

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 69,44% (R\$ 5.749.603 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorreu na PF, com 41,20% (R\$ 3.411.676 mil) em relação ao total da rubrica.

Tabela 20 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

R\$ milhares

Pessoal e Encargos	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	4.449.804	4.309.637	53,74	3,25
Benefícios a Pessoal	152.343	134.340	1,84	13,40
Encargos Patronais	836.892	840.691	10,11	(0,45)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	48.894	44.918	0,59	8,85
Remuneração a Pessoal	3.411.676	3.289.689	41,20	3,71
Polícia Rodoviária Federal	3.104.868	2.891.796	37,50	7,37
Benefícios a Pessoal	213.219	197.755	2,58	7,82
Encargos Patronais	539.019	503.523	6,51	7,05
Outras VPD - Pessoal e Encargos	14.703	23.051	0,18	(36,21)
Remuneração a Pessoal	2.337.927	2.167.467	28,24	7,86
Ministério da Justiça e Segurança Pública	482.030	444.115	5,82	8,54
Benefícios a Pessoal	30.864	28.346	0,37	8,88
Encargos Patronais	59.720	56.997	0,72	4,78
Outras VPD - Pessoal e Encargos	19.148	18.424	0,23	3,93
Remuneração a Pessoal	372.298	340.349	4,50	9,39
Fundação Nacional do Índio	229.813	281.118	2,78	(18,16)
Benefícios a Pessoal	11.075	13.029	0,13	(15,00)
Encargos Patronais	29.613	33.949	0,36	(12,77)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.357	1.534	0,02	(11,53)
Remuneração a Pessoal	187.767	232.606	2,27	(19,17)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	13.200	13.742	0,16	(3,94)
Benefícios a Pessoal	593	583	0,01	1,85
Encargos Patronais	1.323	1.300	0,02	1,78
Outras VPD - Pessoal e Encargos	741	1.002	0,01	(26,02)
Remuneração a Pessoal	10.542	10.857	0,13	(2,90)
Fundo Penitenciário Nacional	0	-	0,00	-
Encargos Patronais	0	-	0,00	-
Total Geral	8.279.715	7.940.408	100,00	4,28

Fonte: Siafi.

Na "Tabela 21", a rubrica Benefícios a Pessoal, que compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios a servidor público, representou 4,93% do saldo da conta contábil Pessoal e Encargos. Destaca-se, a PRF, nas contas Auxílio-Alimentação, com 17,46% (R\$ 71.236 mil); e Indenização por Trabalho em Período de Repouso, com 15,49% (R\$ 63.233 mil). E a PF, nas contas Auxílio-Alimentação, com 18,97% (R\$ 77.432 mil); e Indenização – Repressão Delitos Fronteiriços, com 9,18% (R\$ 37.450 mil).

A PF apresentou, ainda, na conta contábil Auxílio-Moradia RPPS, variação horizontal em relação ao exercício anterior, um aumento de 875,56% (R\$ 6.776 mil), que foi impactado na apropriação do auxílio-moradia aos adidos, com 87,02% (R\$ 6.570 mil).

Tabela 21 – Benefícios a Pessoal

R\$ milhares

Benefícios a Pessoal	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	213.219	197.755	52,25	7,82
Auxílio Alimentação	71.236	62.240	17,46	14,45
Indenização por Trabalho em Período de Repouso	63.233	67.291	15,49	(6,03)
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	43.102	35.356	10,56	21,91
Sentenças Judiciais	15.385	18.486	3,77	(16,77)
Auxílio Creche	11.120	10.390	2,72	7,02
Auxílio Transporte	6.763	2.851	1,66	137,19
Retribuição em Serviços no Exterior	1.599	378	0,39	323,28
Auxílio Moradia RPPS	497	470	0,12	5,78
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	284	294	0,07	(3,21)
Polícia Federal	152.343	134.340	37,33	13,40
Auxílio Alimentação	77.432	72.862	18,97	6,27
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	37.450	33.741	9,18	10,99
Retribuição em Serviços no Exterior	18.157	14.988	4,45	21,15
Auxílio Creche	8.782	9.097	2,15	(3,46)

Auxílio Moradia RPPS	7.550	774	1,85	875,56
Auxílio Transporte	2.621	2.487	0,64	5,35
Sentenças Judiciais	178	171	0,04	3,82
Ajuda de Custo	169	219	0,04	(22,82)
Indenização de Transporte - RPPS	5	1	0,00	310,53
Ministério da Justiça e Segurança Pública	30.864	28.346	7,56	8,88
Auxílio Alimentação	15.017	13.825	3,68	8,62
Auxílio Transporte	10.521	7.754	2,58	35,69
Auxílio Creche	2.137	2.031	0,52	5,20
Auxílio Moradia RPPS	1.199	918	0,29	30,57
Ajuda de Custo	1.050	2.443	0,26	(57,00)
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	575	1.372	0,14	(58,13)
Indenização de Transporte - RPPS	163	-	0,04	-
Retribuição em Serviços no Exterior	146	-	0,04	-
Outros Benefícios a Pessoal - RGPS	55	2	0,01	2.154,12
Sentenças Judiciais	2	-	0,00	-
Fundação Nacional do Índio	11.075	13.029	2,71	(15,00)
Auxílio Alimentação	8.928	10.309	2,19	(13,40)
Auxílio Transporte	873	876	0,21	(0,34)
Auxílio Creche	591	650	0,14	(9,09)
Sentenças Judiciais	360	787	0,09	(54,31)
Auxílio Moradia RPPS	324	404	0,08	(19,97)
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	-	3	-	(100,00)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	593	583	0,15	1,85
Auxílio Alimentação	402	421	0,10	(4,65)
Ajuda de Custo	53	20	0,01	156,33
Auxílio Creche	49	45	0,01	8,80
Auxílio Transporte	34	65	0,01	(47,12)
Auxílio Moradia RPPS	31	31	0,01	-
Auxílio Moradia RGPS	25	-	0,01	-
Total Geral	408.093	374.053	100,00	9,10

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – DVP

No âmbito do MJSP, representam as aposentadorias, pensões e outros benefícios de caráter contributivo, assegurados pela previdência social com o objetivo de garantir meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada e tempo de serviço ou garantir renda aos dependentes do segurado falecido.

No 4º trimestre de 2022, a conta contábil Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representou 7,71% (R\$ 4.682.561 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas. Sendo, o seu saldo, composto pelas rubricas Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais, conforme “Tabela 22”.

Destaca-se, de acordo com a “Tabela 23”, as aposentadorias abrangidas pelo RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), que é específico para servidores públicos concursados, titulares de cargo efetivo, com 72,34% (R\$ 3.387.562 mil) e as pensões civis, igualmente abrangidas pelo RPPS, pagas aos dependentes, com 24,06% (R\$ 1.126.711 mil).

Tabela 22 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por conta contábil

Conta contábil	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Aposentadorias e Reformas	3.387.562	3.340.009	72,34	1,42
Proventos - Pessoal Civil	3.061.954	3.023.144	65,39	1,28
13º Salário - Pessoal Civil 16/91	284.762	288.686	6,08	(1,36)
Gratificações	34.035	19.510	0,73	74,45
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	3.786	5.456	0,08	(30,62)
Demais Vantagens Pecuniárias	2.945	3.040	0,06	(3,12)
Licença Prêmio para Inativo Civil	62	-	0,00	-
Complementação de Aposentadoria Pessoal Civil	18	19	0,00	(5,28)
Aposentadorias Pendentes de Aprovação Pes Civ	-	149	-	(100,00)
Outras Aposentadorias	-	2	-	(100,00)
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RGPS	-	4	-	(100,00)

Pensões	1.195.598	1.134.238	25,53	5,41
Pensões Cívicas	1.126.711	1.075.336	24,06	4,78
13º Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	62.551	57.060	1,34	9,62
Complementação de Pensões Pessoal Civil	5.044	-	0,11	-
Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	681	913	0,01	(25,41)
Outras Pensões	525	557	0,01	(5,70)
Pensões Indenizatórias - Legislação Especial	50	44	0,00	12,44
Licença-Prêmio para Pensionista Civil	20	325	0,00	(93,83)
13º Salário - Pessoal Militar - Pensionistas	15	3	0,00	365,91
Sentenças Judiciais - Pensionista Militar	1	-	0,00	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	99.402	98.709	2,12	0,70
Assistência à Saúde	91.368	88.654	1,95	3,06
Auxílio-Funeral	4.718	7.467	0,10	(36,81)
Salário-Família	3.071	2.310	0,07	32,94
Auxílio-Natalidade	245	277	0,01	(11,83)
Total Geral	4.682.561	4.572.956	100,00	2,45

Fonte: Siafi.

A seguir, a “Tabela 23” evidencia a variação patrimonial diminutiva em relação aos órgãos vinculados ao MJSP. Destacam-se a PF que apresentou 52,93% (R\$ 2.478.474 mil), seguida pela PRF, com 39,54% (R\$ 1.851.338 mil).

Ressalta-se, ainda, o aumento de 29,59% (R\$ 47.349 mil) na análise horizontal da Funai, que foi impactado, principalmente, pelo registro de R\$ 47.752 mil na rubrica Aposentadoria e Reformas do referido órgão, sendo R\$ 33.125 mil na conta Proventos – pessoal civil e R\$ 14.627 mil na conta Gratificações.

Tabela 23 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
PF	2.478.474	2.442.040	52,93	1,49
Aposentadorias e Reformas	1.793.646	1.773.738	38,30	1,12
Pensões	639.664	622.368	13,66	2,78
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	45.164	45.934	0,96	(1,68)
PRF	1.851.338	1.826.243	39,54	1,37
Aposentadorias e Reformas	1.355.990	1.368.482	28,96	(0,91)
Pensões	449.478	411.822	9,60	9,14
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	45.870	45.939	0,98	(0,15)
Funai	207.350	160.001	4,43	29,59
Aposentadorias e Reformas	151.775	109.806	3,24	38,22
Pensões	52.802	46.769	1,13	12,90
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.773	3.427	0,06	(19,10)
MJSP	144.551	143.855	3,09	0,48
Aposentadorias e Reformas	85.390	87.259	1,82	(2,14)
Pensões	53.654	53.280	1,15	0,70
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.508	3.317	0,12	66,06
CADE	848	817	0,02	3,76
Aposentadorias e Reformas	761	725	0,02	4,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	87	92	0,00	(5,11)
Total Geral	4.682.561	4.572.956	100,00	2,45

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 4º trimestre de 2022, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 40,96% (R\$ 2.292.220 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo abarca receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na Tabela 24, o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 88,04% (R\$ 2.017.990 mil) e o Fundo Penitenciário Nacional, 9,51% (R\$ 217.925 mil), totalizando 97,54% (R\$ 2.235.916 mil) das “Demais Receitas Patrimoniais”, decorrentes de loteria de prognósticos numéricos.

Tabela 24 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida Realizada	31/12/2022	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	2.066.184	90,14
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	2.017.990	88,04
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	25.587	1,12
Participação da União em Receita de Loteria Federal	13.685	0,60
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	8.921	0,39
Fundo Penitenciário Nacional	226.036	9,86
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	217.925	9,51
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	5.117	0,22
Participação da União em Receita de Loteria Federal	2.217	0,10
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	776	0,03
Total	2.292.220	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 4º trimestre de 2022, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 35,56% (R\$ 1.990.227 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. Conforme “Tabela 25” destaca-se a PRF, com 58,92% (R\$ 1.172.709 mil) das receitas realizadas, seguida pelo FDD, com 39,03% (R\$ 776.835 mil).

Tabela 25 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida – por órgão	31/12/2022	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	1.172.709	58,92
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	776.835	39,03
Polícia Federal	19.953	1,00
Fundo Penitenciário Nacional	19.611	0,99
Fundo Nacional de Segurança Pública	563	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	545	0,03
Fundação Nacional do Índio	11	0,00
Total	1.990.227	100,00

Fonte: Siafi.

A receita líquida orçamentária relativa à rubrica Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, arrecadadas pela PRF, representaram 58,71% (R\$ 1.168.467 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, conforme evidenciado na “Tabela 26”. Nesse sentido, as Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 39,44% (R\$ 784.882 mil) e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 98,15% (R\$ 1.953.349 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 26 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	31/12/2022	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	1.168.467	58,71
Polícia Rodoviária Federal	1.168.467	58,71
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	784.882	39,44
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	784.882	39,44
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	19.567	0,98

Fundo Penitenciário Nacional	19.563	0,98
Polícia Federal	5	0,00
Multas Previstas em Legislação Específica	16.983	0,85
Polícia Federal	19.749	0,99
Polícia Rodoviária Federal	4.175	0,21
Fundo Nacional de Segurança Pública	563	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	495	0,02
Fundo Penitenciário Nacional	48	0,00
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	(8.047)	(0,40)
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	249	0,01
Polícia Federal	199	0,01
Fundo Nacional Antidrogas	50	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	78	0,00
Polícia Rodoviária Federal	67	0,00
Fundação Nacional do Índio	11	0,00
Total	1.990.227	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -12.632.367 mil, no quarto trimestre de 2022, foi impactado em 60,13% (R\$ -7.596.140 mil) pela PF e em 37,01% (R\$ -4.674.920 mil) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 27" abaixo. Ambos os órgãos somaram 97,14% (R\$ -12.271.060 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

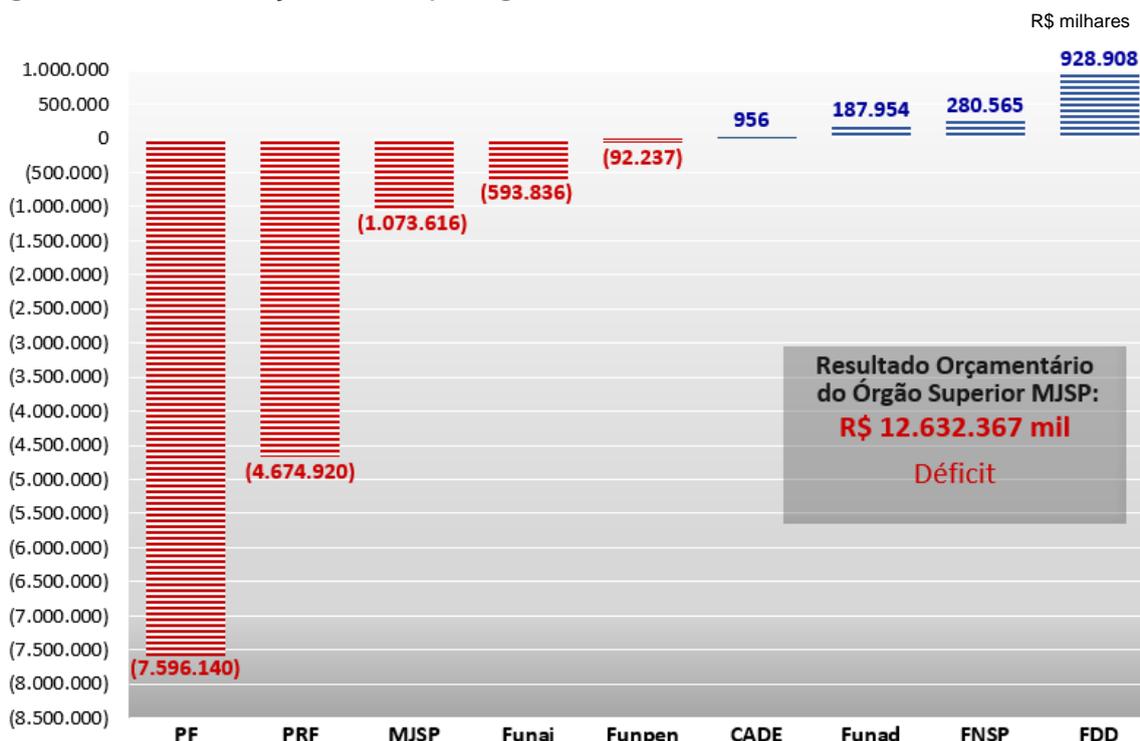
Tabela 27 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	723.000	8.319.140	(7.596.140)	60,13
Polícia Rodoviária Federal	1.196.281	5.871.201	(4.674.920)	37,01
Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.174	1.076.790	(1.073.616)	8,50
Fundação Nacional do Índio	246	594.082	(593.836)	4,70
Fundo Penitenciário Nacional	288.177	380.414	(92.237)	0,73
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	55.399	54.443	956	(0,01)
Fundo Nacional Antidrogas	225.252	37.298	187.954	(1,49)
Fundação Nacional de Segurança Pública	2.181.519	1.900.954	280.565	(2,22)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	941.968	13.060	928.908	(7,35)
Total	5.615.016	18.247.383	(12.632.367)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 14 – Resultado Orçamentário – por órgão

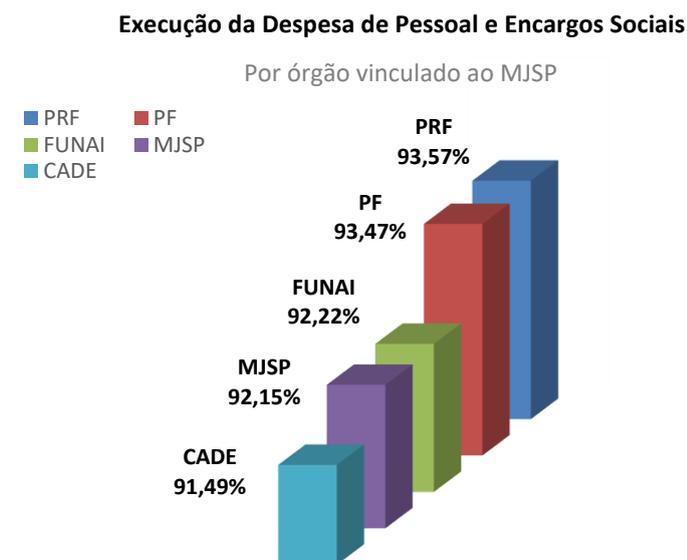


Fonte: Siafi.

Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

No quarto trimestre de 2022, do total das despesas empenhadas R\$ 12.362.925 mil com "Pessoal e Encargos Sociais, 93,41% (R\$ 11.547.648 mil) foram efetivamente pagas, podendo ser verificado na "Tabela 28". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 15", onde destaca-se a PRF, com 93,57% de execução, seguida pela PF, com 93,47%.

Figura 15 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Na "Tabela 28", pode se verificar que a rubrica Obrigações Patronais apresentou maior percentual de execução, com 99,37%, acompanhada pela Vencimentos e Vantagens Fixas, com 91,86%, que em contrapartida possui o maior volume empenhado.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PF foi responsável pelo maior volume, com 54,16% (R\$ 6.695.177 mil), seguida pela PRF, com 37,97% (R\$ 4.694.645 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 92,13% (R\$ 11.389.822 mil) do total das despesas empenhadas.

Tabela 28 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

CONTA CONTÁBIL	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR INSCRITO EM RPNP	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR INSCRITO EM RPP	DESPESA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.251.921	50,57	2.784	506.389	5.742.748	49,73	91,86
PF	3.400.701	27,51	1.016	274.155	3.125.530	27,07	91,91
PRF	2.339.111	18,92	-	189.190	2.149.920	18,62	91,91
MJSP	342.312	2,77	471	27.190	314.651	2,72	91,92
Funai	159.649	1,29	1.229	15.142	143.278	1,24	89,75
CADE	10.148	0,08	69	711	9.368	0,08	92,32
Aposentadorias e Pensões	4.569.057	36,96	915	277.014	4.291.128	37,16	93,92
PF	2.419.828	19,57	375	144.250	2.275.203	19,70	94,02
PRF	1.807.759	14,62	-	111.045	1.696.714	14,69	93,86
Funai	200.804	1,62	414	11.448	188.942	1,64	94,09
MJSP	139.916	1,13	126	10.214	129.576	1,12	92,61
CADE	750	0,01	-	58	692	0,01	92,31
Obrigações Patronais	1.442.735	11,67	8.920	200	1.433.615	12,41	99,37
PF	823.732	6,66	6.616	103	817.012	7,08	99,18
PRF	529.449	4,28	-	-	529.449	4,58	100,00
MJSP	59.576	0,48	1.037	96	58.443	0,51	98,10
Funai	28.599	0,23	1.127	-	27.473	0,24	96,06
CADE	1.379	0,01	140	-	1.238	0,01	89,82
Outras Despesas	99.213	0,80	9.807	9.248	80.158	0,69	80,79
PF	50.916	0,41	6.518	4.229	40.168	0,35	78,89
MJSP	24.477	0,20	2.318	3.010	19.149	0,17	78,23
PRF	18.327	0,15	-	1.551	16.776	0,15	91,54
Funai	4.214	0,03	884	368	2.962	0,03	70,28
CADE	1.278	0,01	86	89	1.103	0,01	86,30
Total Geral	12.362.925	100,00	22.427	792.850	11.547.648	100,00	93,41

Fonte: Siafi, 31/12/2022.

Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

Representam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa e dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No quarto trimestre de 2022, a rubrica Outras Despesas Correntes correspondeu a 20,24% (R\$ 3.154.036 mil) das despesas pagas do balanço orçamentário. Esse valor representou, ainda, 82,58% da execução das despesas empenhadas, que somaram R\$ 3.819.412 mil. Conforme "Tabela 29", destacou-se a PF com o maior percentual de execução, 85,76% (R\$ 1.251.098 mil) e maior valor empenhado, 38,20% (R\$ 1.458.874 mil) do total da rubrica.

Tabela 29 – Execução de Outras Despesas Correntes – por órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR INSCRITA EM RPNP	DESPESA EM LIQUIDAÇÃO INSCRITA EM RPNP	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR INSCRITA EM RPP	DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	1.458.874	38,20	174.993	-	32.782	1.251.098	39,67	85,76
PRF	869.942	22,78	97.802	76	35.924	736.140	23,34	84,62
FNSP	863.220	22,60	137.488	-	1.084	724.648	22,98	83,95
MJSP	239.766	6,28	45.689	-	7.407	186.670	5,92	77,85

FUNAI	185.918	4,87	39.198	-	3.106	143.614	4,55	77,25
FUNPEN	155.603	4,07	46.813	-	29.946	78.844	2,50	50,67
CADE	37.763	0,99	5.441	-	298	32.023	1,02	84,80
FUNAD	5.241	0,14	4.242	-	-	999	0,03	19,07
FDD	3.085	0,08	3.085	-	-	-	-	-
Total Geral	3.819.411	100,00	554.752	76	110.547	3.154.036	100,00	82,58

Fonte: Siafi.

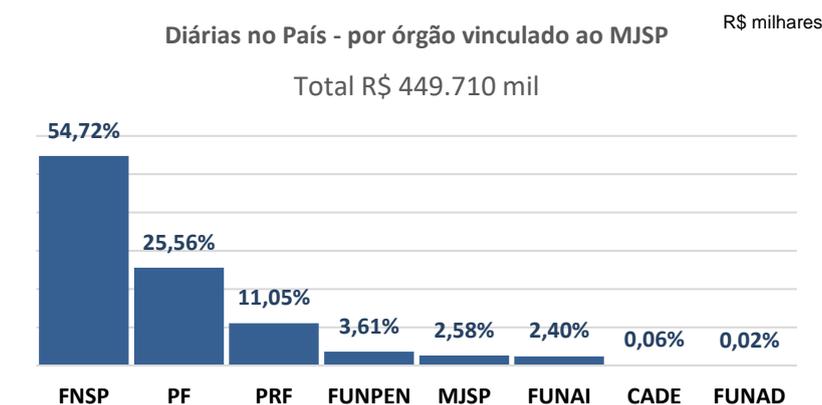
Na “Tabela 30”, observa-se que a conta contábil Diárias no País representou o maior percentual pago até quarto trimestre de 2022, com 14,26% (R\$ 449.710 mil). Nesse sentido, destaca-se, como na “Figura 16”, o FNSP, com 54,72% (R\$ 246.100 mil) da execução da despesa.

Tabela 30 – Execução de Outras Despesas Correntes – por natureza de despesa

Natureza de Despesa Detalhada	R\$ milhares	
	Despesa Empenhada Liquidada Paga	AV (%)
Diárias no país	449.710	14,26
Serviços gráficos e editoriais	214.071	6,79
Auxílio-alimentação civis	157.775	5,00
Apoio administrativo, técnico e operacional	108.202	3,43
Combustíveis e lubrificantes automotivos	103.998	3,30
Serv. de apoio admin., técnico e operacional	89.596	2,84
Locação de imóveis	83.853	2,66
Ressarcimento assistência médica/odontológica	83.584	2,65
Limpeza e Conservação	81.923	2,60
Passagens para o país	76.420	2,42
Demais despesas	1.704.905	54,05
Total Geral	3.154.036	100,00

Fonte: Siafi, 31/12/2022.

Figura 16 – Outras Despesas Correntes – Diárias no País – por órgão vinculado



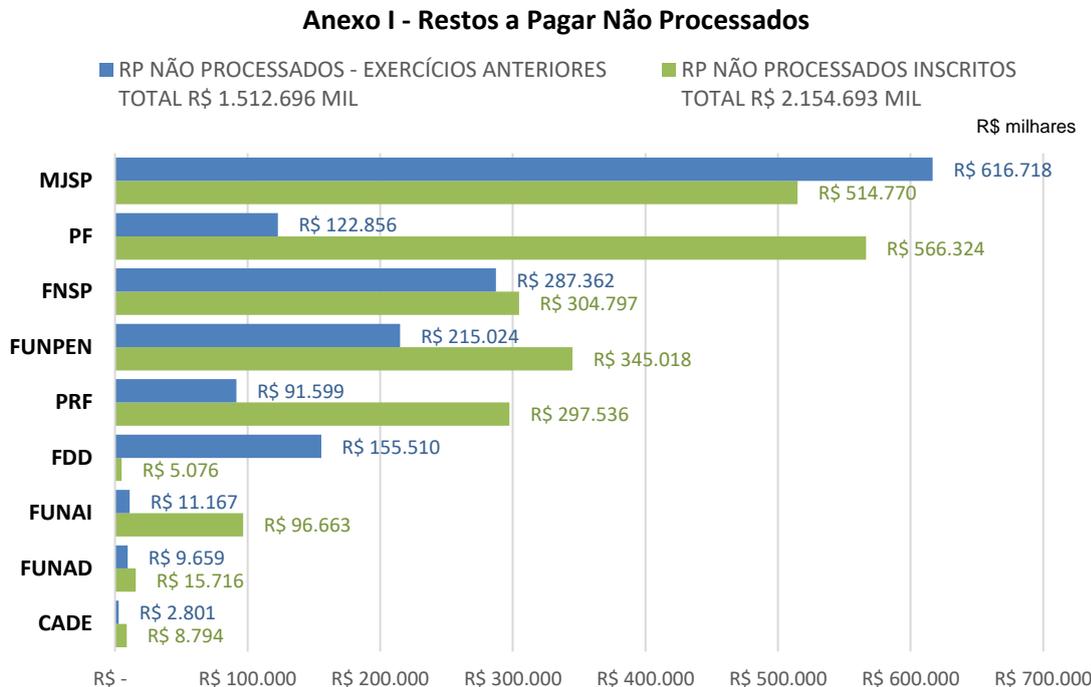
Fonte: Siafi.

Nota 16 – Restos a Pagar – Anexos – BO

Compõem o balanço orçamentário o quadro de Execução dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP que evidenciam as despesas orçamentárias dos restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência; e o quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP que trata dos restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior, nas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

Ao final do exercício de 2022, apresentaram na rubrica Restos a Pagar Não Processados, “Figura 17”, o MJSP com os valores mais representativos, R\$ 616.718 mil e R\$ 514.770 mil, e a PF, com R\$ 122.856 mil e R\$ 566.324 mil, respectivamente, RPNP de Exercícios Anteriores e RPNP Inscritos.

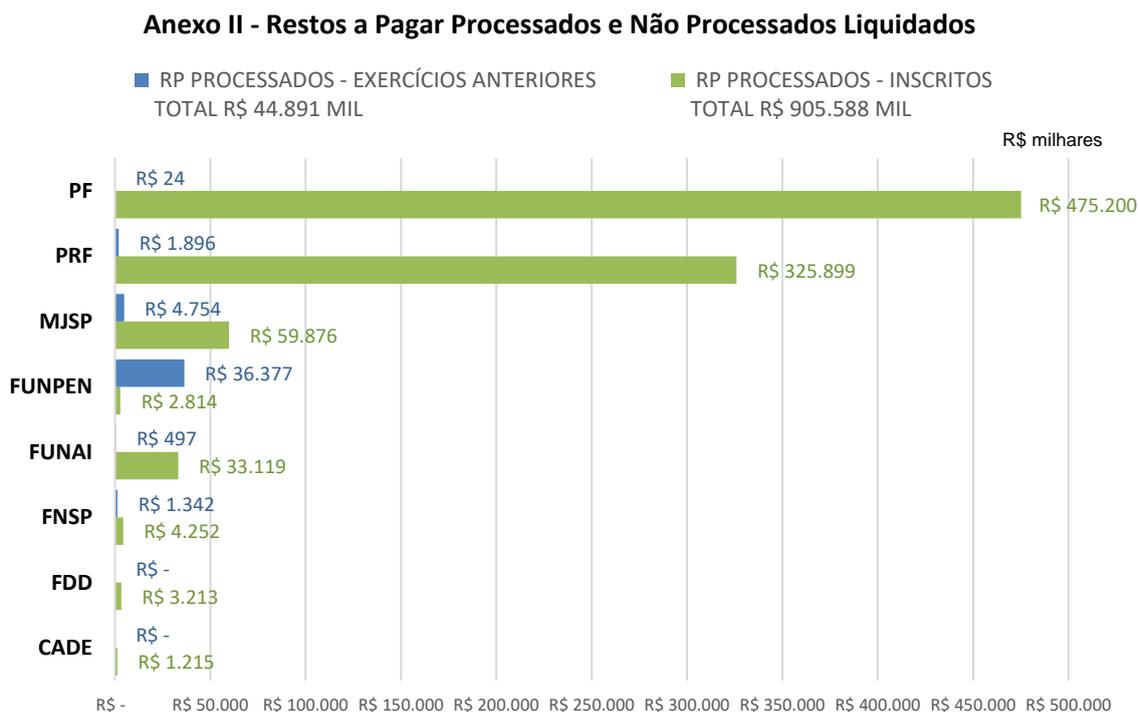
Figura 17 – Restos a Pagar Não Processados – por órgão



Fonte: Siafi.

Na “Figura 18” são demonstrados, por órgão vinculado, os saldos de restos a pagar até 31 de dezembro de 2022 da rubrica Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados. Destacaram-se, com maior representatividade dos saldos referentes aos RPP Inscritos, a PF com R\$ 475.200 mil e a PRF que apresentou saldo de R\$ 325.899 mil.

Figura 18 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 31”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 32”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 31 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/12/2022 (B: Com Consolidação)	AV%	31/12/2022 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	56.653.152	100,00	19.338.169	100,00	37.314.983	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	51.849.607	91,52	17.902.463	92,58	33.947.144	90,97
Cota Recebida	17.884.377	31,57	17.884.377	92,48	0	0,00
Repasse Recebido	17.416.824	30,74	18.086	0,09	17.398.738	46,63
Sub-repasse Recebido	16.172.837	28,55	0	0,00	16.172.837	43,34
Repasse Devolvido	375.478	0,66	0	0,00	375.478	1,01
Sub-repasse Devolvido	91	0,00	0	0,00	91	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	4.803.545	8,48	1.435.706	7,42	3.367.839	9,03
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	3.874.357	6,84	1.369.210	7,08	2.505.146	6,71
Demais Transferências Recebidas	206.372	0,36	66.495	0,34	139.876	0,37
Movimentação de Saldos Patrimoniais	722.817	1,28	0	0,00	722.817	1,94

Tabela 32 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

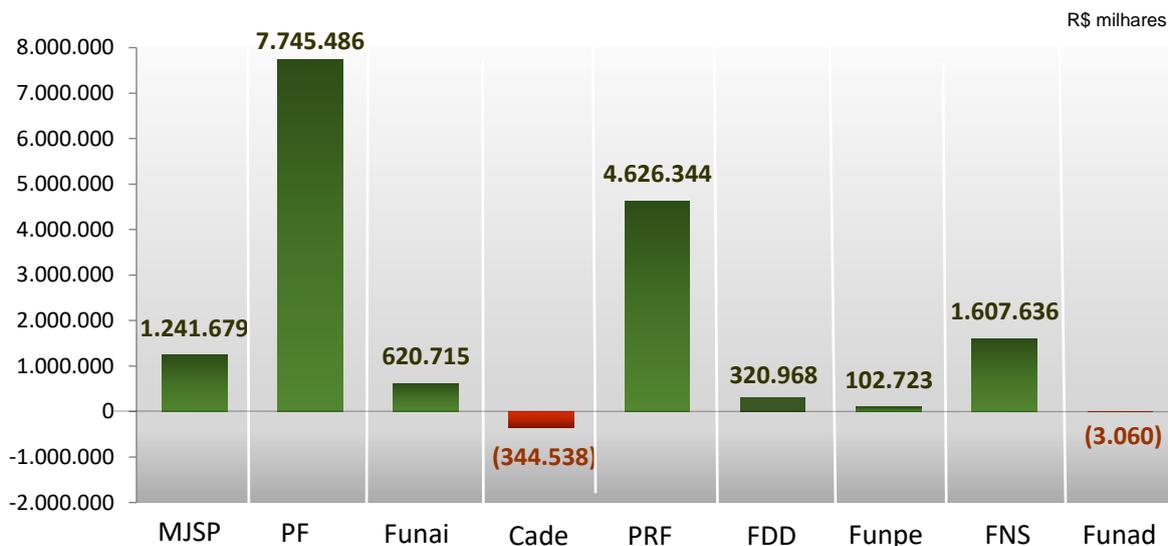
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2022 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/12/2022 (B: Com Consolidação)	AV%	31/12/2022 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	40.735.198	100,00	3.420.215	100,00	37.314.983	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	34.291.905	84,18	344.761	10,08	33.947.144	90,97
Repasse Concedido	17.398.738	42,71	0	0,00	17.398.738	46,63
Sub-repasse Concedido	16.172.837	39,70	0	0,00	16.172.837	43,34
Cota Devolvida	344.761	0,85	344.761	10,08	0	0,00
Repasse Devolvido	375.478	0,92	0	0,00	375.478	1,01
Sub-repasse Devolvido	91	0,00	0	0,00	91	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	6.443.293	15,82	3.075.453	89,92	3.367.839	9,03
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	2.505.146	6,15	0	0,00	2.505.146	6,71
Demais Transferências Concedidas	139.876	0,34	0	0,00	139.876	0,37
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.798.270	9,32	3.075.453	89,92	722.817	1,94

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 19” a seguir.

Figura 19 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



Fonte: Siafi.

Cabe destacar que as transferências financeiras concedidas pelo CADE foram significativamente superiores às transferências financeiras recebidas ao longo do quarto trimestre de 2022, resultando em um saldo de R\$ -344.538 mil, sendo 61,05% (R\$ -210.349 mil) do referido montante decorrente de arrecadações pelo órgão, transferidas para o FDD, de multas referentes às infrações previstas nas seguintes legislações sobre defesa dos direitos difusos: Lei nº 7.347, de 24/07/2198, arts.11 e 13; Lei nº 7.853, de 24/10/1989 e Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor; Lei nº 12.529/2011, art. 28, Parágrafo 3º.

Nota 18 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 14,82% (R\$ 8.923.807 mil), no 4º trimestre de 2022, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

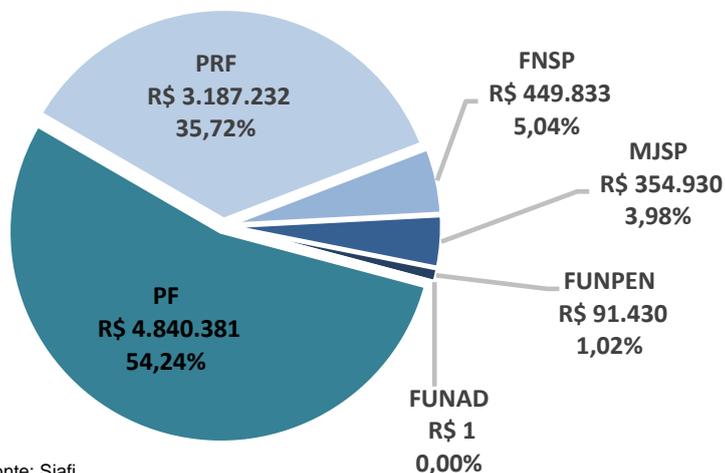
A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,24% (R\$ 4.840.381 mil) e 35,72% (R\$ 3.187.232 mil), somando 89,96% (R\$ 8.027.613 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na "Figura 20".

Figura 20 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

Segurança Pública - desembolsos por órgão

4º trimestre de 2022

R\$ milhares



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 54,24% (R\$ 4.810.030 mil) da totalidade dos desembolsos que integraram a rubrica Segurança Pública, conforme “Tabela 33”.

Tabela 33 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

								R\$ milhares
Natureza Despesa	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	MJSP (%)	FUNPEN (%)	FUNAD (%)	Total (%)	Total Geral (R\$)
Subsídios	31,34%	22,56%	-	0,00%	-	-	53,90%	4.810.030
Demais desembolsos	22,90%	13,16%	5,04%	3,97%	1,02%	0,00%	46,10%	4.113.777
Total	54,24%	35,72%	5,04%	3,98%	1,02%	0,00%	100,00%	8.923.807

Fonte: Siafi.

Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 95,52% (R\$ 835.235 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em dezembro de 2022.

Na Figura 21, pode-se observar a composição por item do Ativo Não Circulante, assim registrados:

a) 19,55% (R\$ 163.309 mil) de Veículos, sendo 45,97% (R\$ 75.066 mil) registrados no FNSP e 31,34% (R\$ 51.184 mil) na PF, totalizando R\$ 77,31% (R\$ 126.250 mil) de representação do montante do referido item;

b) 15,73% (R\$ 131.389 mil) de Obras e Instalações, sendo 42,05% (R\$ 55.249 mil) registrados na PF e 39,09% (R\$ 51.360 mil) registrados na PRF, totalizando 81,14% (R\$ 106.609 mil) de representação do montante do referido item;

c) 11,57% (R\$ 96.645 mil) de Material e Equipamentos de TIC, sendo 48,13% (46.511 mil) registrados na PF e 30,15% (R\$ 29.137 mil) no FNSP, totalizando 78,27% (R\$ 75.648 mil) do montante do referido item;

d) 11,28% (R\$ 94.230 mil) de Aeronaves, sendo 99,46% (R\$ 93.726 mil) registrados na PRF;

e) 11,07% (R\$ 92.494 mil) de Aparelhos de Medição e Orientação, sendo 99,18% (R\$ 91.737 mil) do montante do referido item registrados no FNSP;

f) 4,89% (R\$ 40.861 mil) de Carros de Combate, sendo 68,11% (R\$ 27.832 mil) registrados na PF e 31,89% (R\$ 13.029 mil) na PRF, totalizando 100% do montante do referido item;

g) 4,85% (R\$ 40.490 mil) de Embarcações, sendo 96,09% (R\$ 38.908 mil) registrados na PF;

h) 4,26% (R\$ 35.542 mil) de Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro, sendo 78,27% (R\$ 27.818 mil) registrados na PF e 17,62% (R\$ 6.261 mil) registrados na PRF, totalizando 95,89% (R\$ 34.079 mil) do montante do referido item;

i) 3,16% (R\$ 26.393 mil) de Armamentos, sendo 52,10% (R\$ 13.750 mil) registrados na PF e 42,07% (R\$ 11,104 mil) registrados no FNSP, totalizando 94,17% (R\$ 24.855 mil) do montante do referido item;

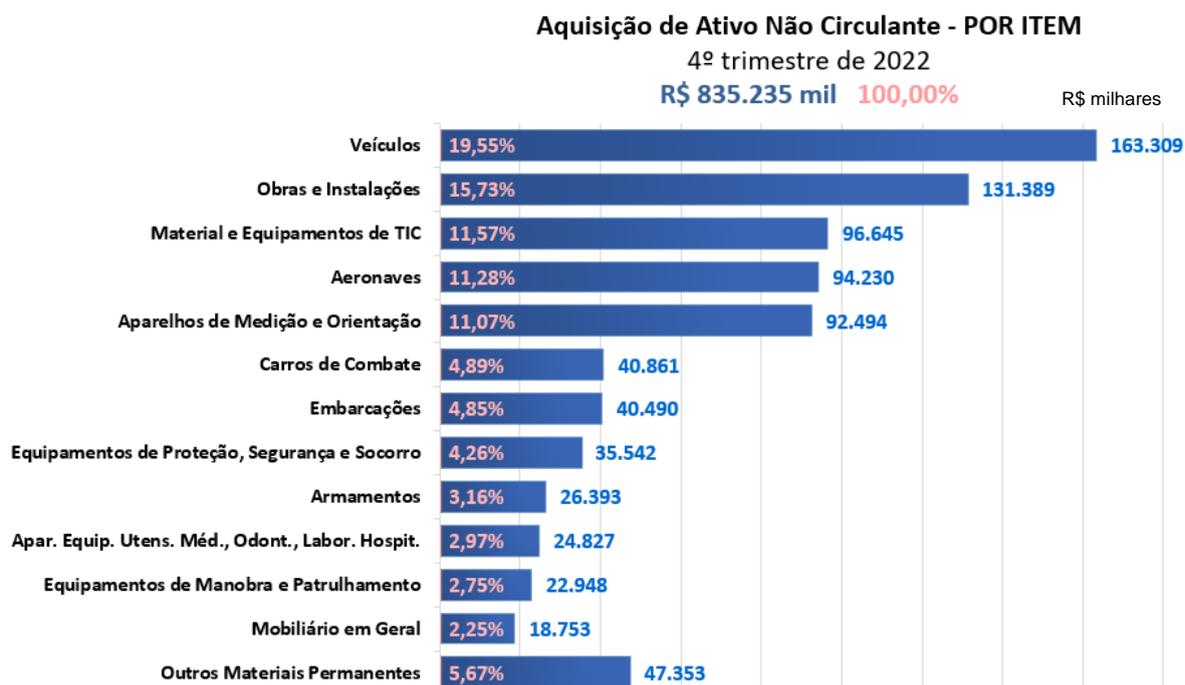
j) 2,97% (R\$ 24.827 mil) de Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laborat. e Hospitalares, sendo 61,52% (R\$ 15.273 mil) registrados na PF e 37,94% (R\$ 9.419 mil) registrados no FNSP, totalizando 99,46% (R\$ 24.692 mil) do montante do referido item;

k) 2,75% (R\$ 22.948 mil) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo 82,88% (R\$ 19.019 mil) do montante do referido item registrados na PF;

l) 2,25% (R\$ 18.753 mil) de Mobiliário em Geral, sendo 62,35% (R\$ 11.693 mil) registrados na PF e 18,10% (R\$ 3.394 mil) registrados no MJSP, totalizando 80,45% (R\$ 15.086 mil) do montante do registrado no referido item; e

m) 5,67% (R\$ 47.353 mil) de Outros Materiais Permanentes.

Figura 21 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item



Fonte: Siafi.

Na Figura 22, evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante; sendo 39,79% (R\$ 332.365 mil) da PF, 26,24% (R\$ 219.182 mil) do FNSP, 25,63% (R\$ 214.065 mil) da PRF e 8,34% (R\$ 69.623 mil) dos demais órgãos.

Destaca-se, portanto, que a PF, FNSP e PRF totalizaram 91,66% (R\$ 765.612 mil) da representação no referido grupo de contas.

Figura 22 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", de R\$ 2.945.288 mil, em dezembro de 2022, representou 1,06% do saldo patrimonial líquido de 2022, sendo impactado principalmente por:

a) "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a 89,90% (R\$ 57.259.691 mil) das variações patrimoniais aumentativas; e

b) "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a 70,81% (R\$ 43.012.565 mil) e 13,63% (R\$ 8.279.715 mil), somando 84,44% (R\$ 51.292.280 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

Os detalhes relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº 17 - "Transferências Intragovernamentais" e nº 9 - "Pessoal e Encargos".

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ -4.637 mil da DMPL, foram constituídas em 78,71% (R\$ -3.650 mil) pela Polícia Rodoviária Federal e 52,10% (R\$ -2.416 mil) pelo Fundo Nacional Antidrogas, somando 130,81% (R\$ -6.065 mil) da referida reserva.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", de R\$ 12.938 mil apresentado na DMPL, 103,28% (R\$ 13.363 mil) foram assim registrados:

- a) 77,73% (R\$ 10.057 mil) na Polícia Rodoviária Federal;
- b) 25,55% (R\$ 3.306 mil) no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O saldo restante de R\$ 274.306.201 mil, do início do exercício de 2022, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.

Nota 21 – Covid-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da Pasta, oriundos da MPV nº 942, de 2 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.033, de 04 de agosto de 2020, no valor de R\$ 199.825 mil e da MPV nº 965, de 13 de maio de 2020, cujos valores foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. Em 08 de junho de 2021, para atender demandas da pandemia, no que tange à proteção dos povos indígenas, foi realizada a abertura de crédito extraordinário por intermédio da MPV nº 1054, de 06 de junho de 2021, no valor de R\$ 41.049 mil, convertida na Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021.

No encerramento do exercício de 2022, o total dos valores pagos somaram R\$ 35.528 mil. A Funai representou 99,62% (R\$ 35.395 mil) do total pago até o quarto trimestre de 2022, seguida pela PRF e pela PF, conforme representado na "Tabela 34".

Destaca-se, ainda, que 57,57% (R\$ 20.453 mil) do total dos gastos foi representado, na Funai, pelas seguintes despesas:

- Gêneros de alimentação, com 22,60% (R\$ 8.030 mil) – onde, pelo menos, 71,97% (R\$ 5.779 mil) atendeu a aquisição direta de cestas básicas para distribuição aos povos indígenas em situação de insegurança alimentar;
- Salário contrato temporário, com 20,30% (R\$ 7.211 mil) – trata da contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público; e
- Fretes e transportes de encomendas, com 14,67% (R\$ 5.212 mil) – corresponde ao pagamento de frete aéreo e de embarcação para atendimento das necessidades da região indígena.

Tabela 34 – Covid-19 - total gasto por natureza de despesa

Gastos por Unidade Orçamentária e Natureza de Despesa	R\$ milhares	
	31/12/2022	AV (%)
Funai	35.395	99,62
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	8.030	22,60
SALÁRIO CONTRATO TEMPORÁRIO	7.211	20,30
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	5.212	14,67
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	3.636	10,23
LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	2.730	7,68
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	2.432	6,85
DIÁRIAS NO PAÍS	1.446	4,07
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	963	2,71
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	746	2,10
13º SALÁRIO - CONTRATO TEMPORÁRIO	505	1,42
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	487	1,37
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	342	0,96
AUXÍLIO-CRECHE	338	0,95
COMISSÕES E CORRETAGENS	323	0,91

CAPATAZIA, ESTIVA E PESAGEM	212	0,60
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	207	0,58
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	204	0,57
AUXÍLIO-TRANSPORTE	73	0,20
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	67	0,19
APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	46	0,13
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	43	0,12
FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	24	0,07
GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO - GECC	24	0,07
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	22	0,06
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	18	0,05
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	9	0,02
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS-SERVIÇOS DE TERCEIROS	8	0,02
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	8	0,02
PASSAGENS PARA O PAÍS	7	0,02
ARMAZENAGEM	5	0,02
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	5	0,02
GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	4	0,01
TRANSPORTE DE SERVIDORES	3	0,01
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	2	0,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	1	0,00
SEGUROS EM GERAL	0	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	0	0,00
PRF	94	0,26
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	66	0,19
MATERIAL HOSPITALAR	21	0,06
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	2	0,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	2	0,01
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1	0,00
MATERIAL LABORATORIAL	1	0,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	0	0,00
PF	40	0,11
RESTITUIÇÕES	24	0,07
MATERIAL FARMACOLÓGICO	9	0,02
MATERIAL HOSPITALAR	3	0,01
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	2	0,01
MATERIAL LABORATORIAL	1	0,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	0	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	0	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	0	0,00
Gasto Total	35.528	100,00

Fonte: Siafi/Tesouro Gerencial/Painel do Orçamento Federal.